

Dólar começa o dia em alta, após 8 quedas seguidas

O dólar abandonou leves perdas de mais cedo e recuperava fôlego nesta segunda-feira (28), tentando pausar uma série de oito desvalorizações diárias consecutivas que o levaram a mínimas desde março de 2020, com investidores também acompanhando a força da moeda norte-americana no exterior.

Às 10h07 (de Brasília), o dólar à vista avançava 0,75%, a R\$ 4,7823 na venda. Mais cedo, chegou a cair 0,29%, a R\$ 4,7329.

Na B3, às 10h07 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento subia 0,77%, a R\$ 4,7875.

O avanço desta manhã estava em linha com a alta de 0,5% do índice do dólar no exterior, que rondava máximas em duas semanas após o rendimento do título soberano de dez anos dos Estados Unidos chegar a superar 2,5%, indo a picos em três anos.

Depois de o banco cen-

tral norte-americano ter elevado os juros em 0,25 ponto percentual neste mês, pela primeira vez desde 2018, os mercados monetários passaram a precificar ajuste mais agressivo, de 0,5 ponto, no próximo encontro do Fed (Federal Reserve), o que é visto como fator de impulso global para os rendimentos dos Treasuries e para o dólar.

Na agenda da semana, o mercado aguarda a divulgação do índice de inflação norte-americano PCE –preferido do Fed para a alta dos preços– e do relatório de emprego do governo dos EUA, “ambos dados que poderão intensificar o forte movimento de abertura dos juros (nos EUA) que temos acompanhado recentemente”, disse em nota Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos.

A moeda norte-americana vem de uma sequência de oito sessões seguidas de desvalorização, a maior desde uma série de mesma duração finda em 5 de março de 2010. No período, o dólar perdeu

7,98% frente ao real, depois de fechar a sexta-feira em R\$ 4,7469, mínima desde 11 de março de 2020 (4,7207).

Participantes do mercado já vinham alertando desde a semana passada que havia possibilidade de eventual correção no preço do dólar, já que é normal ver movimentos de ajustes após oscilações expressivas da moeda.

“Com mais força cambial ficando para trás, poucos argumentos convincentes para redução considerável do prêmio de risco e o real sensível a possível piora no sentimento global de risco, a recompensa pelo risco de posições compradas em real parece menos atraente agora do que há muitas semanas atrás”, disse o Goldman Sachs em relatório, embora enxergue possibilidade de a moeda atingir níveis em torno de 4,50 por dólar no curto prazo, apoiada, entre outros fatores, pela disparada recente nos preços das commodities.

Folhapress



Economia



Mercado aumenta pela 11ª vez projeção para a inflação neste ano

Página - 03

75% dos brasileiros responsabilizam governo Bolsonaro por alta da inflação

Página - 03



Política

Fachin indica veto à decisão pró-Bolsonaro e levará caso Lollapalooza ao plenário do TSE

Página - 04

Doria chama prefeitos para evento de despedida do Governo de São Paulo na quinta-feira

Página - 04

Bitcoin

Bitcoin (BTC): Moeda ainda pode subir mais 8% no curto prazo, após superar US\$ 45 mil

Pág - 05

Binance lança curso gratuito sobre blockchain, com recompensas a usuários

Pág - 05



No Mundo

Talibã endurece regras e proíbe mulheres de viajarem sozinhas no Afeganistão



O Talibã endureceu o código de conduta e impôs nos últimos dias uma série de restrições ao comportamento dos cidadãos no Afeganistão, como a proibição de que mulheres viajem sozinhas de avião e de que funcionários públicos trabalhem sem barba e a segregação dos parques por gênero.

O Ministério para a Propagação da Virtude e Prevenção do Vício, responsável por esse tipo de regra, não confirmou publicamente as medidas, mas várias fontes disseram às agências de notícias AFP e Reuters que elas já estão em vigor.

Nesta segunda-feira (28), representantes do regime

fundamentalista estavam patrulhando as entradas dos serviços públicos para verificar se os funcionários estavam usando barba e vestimentas típicas da etnia pashtun -blusa e calças largas e um chapéu ou turbante-, disseram três fontes à Reuters. Eles também foram instruídos a garantir que orassem nos horários corretos.

No domingo, os parques passaram a ser segregados por sexo, com as mulheres autorizadas a entrar três dias por semana e os homens, nos outros quatro dias, incluindo o fim de semana, o que significa que nem casais e famílias podem frequentar esses locais juntos.

As mulheres, que enfren-

tam a maior parte das rígidas restrições ditadas pelo grupo, também foram atingidas pelas novas medidas. Depois de fecharem as escolas de ensino médio para as meninas, no mesmo dia em que haviam prometido abri-las, os talibãs ordenaram que as companhias aéreas só permitam que embarquem em seus voos passageiras acompanhadas por um parente do sexo masculino.

Os talibãs já haviam proibido as mulheres de viajarem sozinhas por terra, caso o trajeto supere 72 quilômetros, mas até agora elas tinham permissão para embarcar em voos.

Folhapress

China encontra segunda caixa-preta de avião que caiu em região montanhosa

Equipes de resgate encontraram neste domingo (27) a segunda caixa-preta do Boeing 737-800 que caiu no sul da China na última segunda-feira (21), matando as 132 pessoas a bordo.

De acordo com a mídia estatal chinesa, reportou a agência Reuters, o aparelho será levado para a capital Pequim para análise, e pode ajudar a esclarecer as causas do acidente.

A primeira caixa-preta, que contém o gravador de voz do cockpit, foi encontrada na última quarta (23), e já está com os especialistas.

Segundo o Departamento de Aviação Civil da China, o sistema estava um metro e meio abaixo da terra, após as chuvas dos últimos dias deixarem o solo da região lamacento.

A queda do avião da China Eastern foi o acidente aéreo mais fatal do país desde 1994. Ontem, foi confirmado que nenhum dos passageiros ou tripulantes da nave sobreviveu.

O voo MU5735 ia de Kunming à cidade portuária de Guangzhou na última segunda-feira quando despencou em uma área de floresta na região de Guangxi, no sul do país.

Folhapress



Folhapress

Governo avalia fim de teste negativo de Covid para viajantes do exterior



O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que a exigência de testes negativos de Covid-19 a viajantes do exterior pode ser derrubada nesta semana. Em entrevista ao Poder360, ele diz que a medida está sendo avaliada com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e os ministérios da Justiça, Infraestrutura e Casa Civil.

Hoje, brasileiros e turistas estrangeiros que viajam ao exterior precisam de um teste negativo de Covid-19 para desembarcar no Brasil, além do certificado de vacina.

A questão deve avançar ao longo desta semana, in-

formou o ministro Queiroga. “Em breve nós teremos notícias positivas. Eu não quero cravar uma data aqui porque isso depende de vários órgãos. Temos que fazer isso de uma forma tranquila para conseguirmos sair desse cenário de emergência sanitária de forma segura”.

Queiroga acrescentou que medidas de combate ao coronavírus, como o uso de máscara, também serão revistas pelo governo. “É possível que daqui até o final do mês [de março] já tenhamos uma posição unificada”.

Parte dos estados já flexibilizou o uso de máscaras contra a Covid, mas uma lei federal ainda obriga o uso do

equipamento de proteção individual. Ao Poder360, Queiroga disse que uma normativa será apresentada “em breve”, sem detalhar.

“A questão do tempo é o menos relevante. O importante é pousar o avião com segurança.”

Questionado se a vacina contra a Covid-19 entrará no calendário anual do governo federal, o ministro Marcelo Queiroga afirmou: “Acredito que não tenhamos que vacinar toda a população brasileira com várias doses da vacina”. Ele ressaltou que ninguém sabe qual a melhor estratégia de vacinação. “Vamos esperar as respostas que a ciência vai trazer”.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



75% dos brasileiros responsabilizam governo Bolsonaro por alta da inflação



Apesar de o governo ter reforçado o discurso de que a inflação é consequência de crises globais e ações de terceiros, como governadores que impuseram o distanciamento social contra a Covid-19, é grande a parcela de brasileiros que atribuem à gestão de Jair Bolsonaro responsabilidade pela alta de preços.

O descontentamento foi identificado pelo Datafolha. Tanto numa pesquisa realizada em setembro do ano passado quanto no levantamento mais recente, em março, 75% apontam que o governo Bolsonaro tem responsabilidade pela inflação.

A pesquisa Datafolha foi realizada na terça (22) e na quarta-feira (23) com 2.556 eleitores em 181 cidades de todo o país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou menos.

A comparação das duas pesquisas mostra que caiu o número de brasileiros que atribuem muita responsabili-

dade ao governo. Essa parcela foi de 41% para 36%. Em contrapartida, aumentou, de 34% para 39%, a fatia que atribui um pouco de responsabilidade. Houve uma ligeira queda, de 23% para 21%, no contingente que não via nenhuma responsabilidade.

Entre eleitores que declaram avaliar votar em candidatos da chamada terceira via estão os mais críticos ao governo Bolsonaro. Segundo o levantamento, 87% dos que declaram intenção de votar em Ciro Gomes (PDT) consideram que o governo tem responsabilidade pela alta da inflação, sendo que 50% dizem que a gestão bolsonarista tem muita responsabilidade.

Entre os que declaram intenção de votar em Sergio Moro (Podemos), 82% têm a avaliação de que o governo tem responsabilidade, sendo que 42% consideram ele tem muita responsabilidade.

No caso de eleitores de André Janones (Avante), 80% dizem que o governo tem

responsabilidade, e a meta-de avalia como um pouco.

Mesmo quem está na base de apoio de Bolsonaro acredita que o governo tem responsabilidade pela inflação, nem que seja um pouco. Essa percepção é compartilhada até por eleitores declarados. O levantamento mostra que 75% deles acreditam que o governo tem responsabilidade pelo descontrole dos preços.

Essa avaliação também é feita por 72% dos evangélicos, 75% dos moradores do Centro-Oeste, região que concentra o agronegócio, e 79% dos moradores da região Sul, que votaram em peso para eleger Bolsonaro.

A inflação começou a subir durante a pandemia, mas disparou mesmo no ano passado. Em 2019, por exemplo, o IPCA, que mede a inflação oficial, fechou ano com alta de 4,31%. Em 2020, passou para 4,52%. Mas fechou 2021 acumulando alta de 10,06%.

Alexa Salomão/Folhapress

Mercado aumenta pela 11ª vez projeção para a inflação neste ano

O mercado financeiro aumentou pela 11ª vez consecutiva a previsão de inflação para este ano. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgada nesta segunda-feira (28) pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar este ano em 6,86%. Há uma semana, a projeção do mercado era de que a inflação este ano ficasse em 6,59%. Há quatro semanas, a previsão era de 5,6%. As informações são da Agência Brasil.

Divulgado semanalmente, o Boletim Focus reúne a projeção de mais de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Para 2023, o mercado também aumentou a projeção da variação do IPCA. Com isso, a projeção desta semana aponta uma inflação de 3,8% ante os 3,75% projetados na semana passada. Há quatro semanas, a projeção era de uma inflação de 3,51% no próximo ano.

Para 2024, o mercado também aumentou a estimativa da semana passada e pro-

jetou uma inflação de 3,2%, ante os 3,15% da semana passada.

Na projeção desta semana, o Focus manteve a previsão do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) registrada há sete dias. Com isso, a projeção para 2022 está em 0,5%.

Para 2023, entretanto, o Boletim Focus também manteve a previsão da semana passada, de um crescimento na economia de 1,3%. Há quatro semanas, a previsão era de que o PIB crescesse 1,5%. Para 2024, a projeção ficou estável, em 2%.

O mercado também manteve a previsão da semana passada para a taxa básica de juros, a Selic, para 2022. Na projeção divulgada nesta segunda-feira, a Selic deve ficar em 13%.

No dia 16, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic, de 10,75% para 11,75% ao ano, como forma reduzir a atividade econômica e conter a alta nos preços.

Folhapress



China amplia compra de carne bovina do Brasil



Impulsionadas pelo consumo asiático, principalmente da China, as exportações brasileiras de carne bovina bateram recorde neste início de ano. Os resultados projetam um 2022 favorável aos pecuaristas e frigoríficos.

Somente em fevereiro, foram exportadas 182.341 toneladas de carne bovina (in natura e processadas), conforme a Abrafrigo (Associação Brasileira de Frigoríficos). O resultado é recorde para o mês, e a receita alcançou US\$ 975,8 milhões.

A China não compra do Brasil desde 4 de setembro, num embargo de mais de 90 dias motivado

por dois casos atípicos da doença EEB (encefalopatia espongiforme bovina), conhecida como “vaca louca”.

O retorno ao mercado ocorreu meses após a confirmação científica da OIE (sigla em inglês para Organização Internacional de Saúde Animal) de que os casos não traziam danos ao rebanho, por serem de geração espontânea e não contaminação.

Os dados da associação de frigoríficos mostram que, só em fevereiro, houve um aumento de 47% no volume e de 77% na receita em comparação com o mesmo mês do ano passado. Ocorreu ainda um ciclo de expansão no mês anterior, inclusive

no preço médio das carnes.

Foram exportadas 342,3 mil toneladas no primeiro bimestre deste ano, com faturamento que atingiu US\$ 1,78 bilhão, segundo a Abrafrigo, com dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

O preço médio da carne subiu 20% em dólares em relação ao início do ano passado.

A China comprou 140,9 mil toneladas nos dois primeiros meses do ano, ou 41% do total. Embora tenha visto sua participação recuar —era 47% em 2021—, o total supera os embarques no mesmo período do ano passado, quando o país importou 119 mil toneladas.

Marcelo Toledo/Folhapress

Política

Fachin indica veto à decisão pró-Bolsonaro e levará caso Lollapalooza ao plenário do TSE



O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Edson Fachin, afirmou nesta segunda-feira (28) que pretende levar para julgamento do plenário da corte a decisão do ministro Raul Araújo de vedar manifestações políticas no Lollapalooza.

Fachin disse que pautará a análise do caso assim que Araújo liberar o processo para apreciação do plenário. Isso, porém, não tem data para ocorrer.

Na manifestação, o presidente do TSE também deu a entender que discorda da decisão do colega. “O tribunal, por sua maioria, fixa a interpretação majoritária que, na matéria, tem sido de rechaço pleno e firme de qualquer forma de censura”, afirmou.

A polêmica acerca do festival de música teve início após o ministro Araújo classificar como propaganda eleitoral as declarações políticas da cantora Pablu Vittar em

favor do ex-presidente Lula (PT) e determinar multa de R\$ 50 mil para a organização do evento caso houvesse outras manifestações da mesma natureza.

A decisão proíbe manifestações a favor ou contra qualquer candidato ou partido político e foi tomada em um pedido apresentado pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O mesmo ministro Araújo avaliou de maneira distinta uma representação do PT contra outdoors de apoio ao presidente Bolsonaro espalhados pela região Centro-Oeste.

A legislação eleitoral não permite o uso de outdoors nem durante a campanha desde 2006. E, desde 2015, o entendimento sobre propaganda eleitoral foi alterado, ficando caracterizada a propaganda antecipada quando há pedido explícito de voto em algum candidato.

Na decisão de sábado,

Araújo acatou parcialmente um pedido da campanha de Bolsonaro, realizado na manhã do mesmo dia. Os advogados do PL também haviam solicitado a condenação do Lollapalooza por propaganda eleitoral antecipada, pedido que não foi aceito.

Durante sua apresentação, Pablu Vittar fez um gesto com os dedos polegar e indicador, formando a letra L, em apoio ao ex-presidente Lula (PT). Depois, ela desfilou em meio ao público com uma bandeira com o rosto do petista, que lidera as pesquisas de intenção de voto para as eleições deste ano.

Em fevereiro, Araújo indeferiu um pedido de liminar do PT para a retirada de outdoors da região Centro-Oeste que, segundo a representação, traziam a imagem de Bolsonaro ao lado de frases de apoio e de hashtags como #fechadoscombolsonaro e #2022bolsonaropresidente.

Matheus Teixeira/Folhapress

Doria chama prefeitos para evento de despedida do Governo de São Paulo na quinta-feira

João Doria (PSDB) fará na quinta-feira (31) o evento de despedida do Governo de São Paulo e a transmissão do cargo para seu vice, Rodrigo Garcia (PSDB).

A cerimônia será realizada no Palácio dos Bandeirantes e contará com a participação de centenas de prefeitos.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional enviou convites para que todos os 645 prefeitos compareçam a um “seminário municipalista” no mesmo dia e local. Mais de 500 já confirmaram presença.

Doria pretende fazer um discurso emocionado no

evento, relatando sua trajetória antes de passar o bastão para Garcia.

Nesta segunda-feira (28), Doria fará a última reunião de secretariado de sua gestão.

O governador tucano deixará o cargo para se dedicar à sua candidatura presidencial. Garcia disputará a administração estadual.

Doria venceu as prévias do PSDB para se tornar o candidato presidencial do partido. No entanto, uma ala do partido defende que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que decidiu permanecer na sigla, seja o representante.

Fábio Zanini/Folhapress



‘Estamos sendo triturados’, diz deputado pastor ao pedir saída de ministro da Educação



O deputado federal Marco Feliciano (PL-SP) afirmou nesta segunda (28) que os evangélicos estão sendo “triturados” por culpa do ministro da Educação, Milton Ribeiro. O parlamentar pede que Ribeiro “não retarde o seu licenciamento”.

A fala de Feliciano foi feita por ele em uma rede social.

“Caro ministro. Por sua saúde emocional, por sua família que deve estar sofrendo, por nós evangélicos, que estamos sendo triturados, pelo presidente Jair Bolsonaro, que em um ano tão importante está sendo arrastado para essa história estranha, não retarde seu licenciamento!”, escreveu o deputado.

Ele se une a outros evangélicos que se mobilizaram para conter o desgaste envolvendo o governo federal e o presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo episódio em que Ribeiro se envolveu com pastores acusados de negociar a liberação de verbas da pasta em troca de vantagem indevida.

Como antecipou a coluna, a bancada evangélica passou a bombardear o ministro, estudando pedir a demissão dele.

Na sexta (25), o pastor Silas Malafaia pediu que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal quebrem o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Os dois são acusados de fazer

looby e de intermediar a distribuição de recursos do Ministério da Educação (MEC).

“Nós somos mais 200 mil pastores neste país e não vamos tomar lama por causa de dois camaradas”, diz Malafaia em vídeo publicado no seu canal no YouTube.

Ribeiro deve ser afastado do cargo para tentar reduzir o desgaste do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL)

Interlocutores relataram à reportagem que o ministro discutiu o tema com o presidente. A ideia, dizem aliados, é que o titular do ministério argumente que vai se licenciar do posto para se concentrar em sua defesa. Bolsonaro disse na semana passada que ‘bota a cara no fogo’ por Ribeiro.

Mônica Bergamo/Folhapress

Bitcoin (BTC): Moeda ainda pode subir mais 8% no curto prazo, após superar US\$ 45 mil



O ciclo de baixa do bitcoin (BTC) pode estar chegando ao fim, depois que a criptomoeda superou a marca dos US\$ 45 mil pela primeira vez desde o início do ano, segundo o Business Insider.

O preço do bitcoin ultrapassou os US\$ 47 mil no último final de semana, deixando para trás os US\$ 45 mil, tido como nível de resistência da criptomoeda durante os meses de fevereiro e março.

Para Katie Stockton, da Fairlead Strategies, o recente aumento do bitcoin não deve parar por aí, devido a melhorias nos indicadores técnicos da criptomoeda.

“Um aumento de preço no início deste mês sugere que o bitcoin chegará aos US\$ 51 mil, o próximo marco de resistência, definido por um nível de retração de Fibonacchi de 50%”, disse Stockton. Uma elevação nesse nível de resistência representa um aumento adicional de 8% no preço atual.

Segundo Stockton, o rali de preço pode continuar com força, caso o indicador da média móvel convergente e divergente (MACD) aponte um sinal de compra da criptomoeda.

Caso o rali continue, o bitcoin poderá colocar um fim ao longo período de queda, quando saiu de US\$ 69 mil, em novembro do ano passado, e despencou para US\$ 35 mil, no início de 2022.

No último domingo (27), o bitcoin ultrapassou os US\$ 47 mil, um marco que não era visto desde o início deste ano.

O aumento no preço do BTC levou a uma onda de liquidação de posições de venda. Desde ontem, cerca de US\$ 142 milhões foram

liquidados.

Apesar de o bitcoin ter subido cerca de 6% nas últimas 24 horas, as criptomoedas alternativas (“altcoins”) tiveram maior destaque.

Dentre as 50 maiores criptomoedas do mercado, Filecoin (FIL) foi a que teve maior aumento. No momento de publicação desta notícia, FIL subia mais de 27%, a US\$ 24,74.

O aumento no preço da criptomoeda deve-se, em parte, ao novo programa de aceleração, lançado em parceria com Techstars e Protocol Labs.

Já Internet Computer (ICP) chegou a subir 17,6% nas últimas 24 horas, atingindo US\$ 22,38. Porém, no momento de publicação desta notícia, ICP recuava levemente, a US\$ 22,16.

Vitória MartiniMoneyTimes

Binance lança curso gratuito sobre blockchain, com recompensas a usuários

A corretora cripto Binance lançou um novo curso sobre o funcionamento do ecossistema blockchain.

O conteúdo faz parte do programa “Learn and Earn” (“Aprenda e Ganhe”, em tradução livre), é gratuito e pode ser feito on-line na Binance Academy.

No novo curso, os usuários são elegíveis a ganhar recompensas em criptomoedas após a conclusão de uma série de tarefas, como ler artigos, assistir a vídeos curtos e responder questionários.

“Os criptoativos estão mudando o mundo. Já vimos o GameFi, em que as pessoas ganham participando de games, e agora criamos o Binance EduFi, em que elas podem ganhar enquanto aprendem. Queremos oferecer aos nossos usuários as melhores ferramentas para aprimorar a compreensão sobre tecnologia blockchain e os projetos de cripto, para que eles possam tomar decisões de investimento mais conscientes”, diz Changpeng Zhao, CEO da Binance.

Para começar a ganhar enquanto aprende, o usuário deve antes concluir o processo de verificação de identidade na Binance e aceitar os Termos de Uso.

Criada em 2018, a Binance Academy é uma plataforma de conteúdos informativos e educativos gratuitos sobre criptomoedas e o ecossistema blockchain.

Os conteúdos são divididos por níveis de conhecimento, do iniciante ao avançado, e em categorias, incluindo blockchain, trading, tutoriais, segurança, entre outros.

Na semana passada, durante o evento Ethereum Rio, que aconteceu no Rio de Janeiro, Zhao comentou que está conversando diretamente com os reguladores nacionais para ampliar o ecossistema cripto no Brasil.

Vitória MartiniMoneyTimes



Bitcoin (BTC) ultrapassa US\$ 47 mil e mercado chega a US\$ 2,1 tri em capitalização



A capitalização do mercado de criptomoedas alcançou a marca dos US\$ 2,1 trilhões, com as duas maiores criptos — bitcoin (BTC) e ethereum (ETH) — deslançando após uma semana com preços relativamente estáveis.

Segundo o Decrypt, o bitcoin ultrapassou US\$ 47 mil, um marco que não havia atingido desde o início de 2022. Com o aumento no preço da maior criptomoeda, o mercado teve uma elevação na liquidação de posições de venda (“short position”).

Dados do site CoinGlass mostram que US\$ 142 milhões em posições de venda de bitcoin foram liqui-

dados desde ontem (27).

Nas últimas 24 horas, o bitcoin subia 6,1%, a US\$ 47.244, segundo dados do CoinMarketCap. Já o aumento semanal do BTC alcançou 14,6%.

O aumento no preço da ethereum, a segunda maior criptomoeda do mercado, levou a uma liquidação de US\$ 103 milhões em posições de venda.

No momento de publicação desta notícia, ETH subia 6,48%, a US\$ 3.342. Nos últimos sete dias, ethereum teve um aumento de 15%.

Apesar de bitcoin e ethereum terem apresentado aumentos recentes, foram as criptomoedas

alternativas, também chamadas de “altcoins”, que roubaram os holofotes.

De acordo com o Decrypt, dentre as 50 maiores criptomoedas, Filecoin (FIL), Internet Computer (ICP), VeChain (VET) e EOS (EOS) foram as que tiveram os maiores ganhos.

Filecoin, um sistema descentralizado de armazenamento de dados, semelhante a Dropbox, disparava 32,75%, a US\$ 25,47, no momento de publicação desta notícia.

Vitória MartiniMoneyTimes

Tecnologia

Oscar 2022: Will Smith perderá prêmio após tapa em Chris Rock? Entenda



Mais uma edição do Oscar foi realizada na noite de ontem (27) e, como você já deve ter visto, o assunto da noite foi o tapa de Will Smith no comediante e apresentador Chris Rock.

A cena deixou todos os espectadores confusos e se perguntando se não passava de uma encenação. Com o passar da noite, porém, a agressão foi confirmada como uma ação legítima do ator de King Richard: Criando Campeões. A situação fez as pessoas se questionarem se Will Smith perderia sua estatueta.

Até o momento, a Academia publicou apenas um breve comunicado. “A Academia não tolera a violência de qualquer forma. Esta noi-

te estamos muito felizes em comemorar os vencedores da 94ª Cerimônia do Oscar, que merecem este momento de reconhecimento de seus colegas e amantes do cinema ao redor do mundo”.

Além disso, Chris Rock optou por não prestar queixa contra Will Smith. Assim, ao que tudo indica, o ator não deve perder seu prêmio — o primeiro Oscar de sua carreira.

Em seu discurso de apresentação no Oscar, Chris Rock fez uma piada sobre o cabelo de Jada Pinkett-Smith, esposa de Will Smith. A atriz raspou o cabelo no ano passado devido a uma condição chamada alopecia, causa-

da por uma doença autoimune.

“Jada, eu te amo, Até o Limite da Honra 2, mal posso esperar para ver”, disse Rock, comparando a atriz com a personagem interpretada por Demi Moore, que estava com a cabeça completamente raspada para o longa.

Ao notar o desconforto da esposa, Will Smith subiu ao palco e deu um tapa no comediante. Posteriormente, em seu discurso de agradecimento na categoria de Melhor Ator, Smith pediu desculpas à Academia.

Giovanna Fantinato/TecMundo

Lightyear: Buzz vai ao infinito e além em novo trailer

Neste domingo (27), durante a transmissão do Oscar (você pode conferir todos os vencedores da cerimônia aqui), a Disney e a Pixar divulgaram um novo trailer de Lightyear, spin-off de Toy Story protagonizado pelo astronauta Buzz, que terá a voz de Chris Evans.

O vídeo, que está disponível logo abaixo, dá foco nos momentos de ação na nova aventura do personagem, além de destacar o gatinho robótico Sox (Peter Sohn), que deve servir como o principal alívio cômico do filme.

A prévia também volta a usar como trilha sonora a música “Starman”, de David Bowie, dando um tom épico e emocionante.

No mês passado, o novo longa da Pixar ganhou outra prévia, mostrando pela primeira vez o vilão Zurg em um

trailer emocionante. O aguardado filme ainda quebrou recordes com seu primeiro trailer.

O filme acompanha a história de origem do Buzz Lightyear, um astronauta dentro do universo da Pixar que inspirou o personagem e o brinquedo que ficou famoso em Toy Story.

Além de Chris Evans e Peter Sohn, o elenco ainda conta com nomes como Keke Palmer, James Brolin, Uzo Aduba, Efrén Ramirez, Dale Soules, Taika Waititi, Patrick Warburton, Pat Fraley, Javier Fernandez-Peña, Mike MacRae, Corey Burton, Mary McDonald-Lewis e Isiah Whitlock Jr. A direção é de Angus MacLane, que já trabalhou em outros filmes da empresa, como Vida de Inseto, Toy Story 2 e Procurando Dory.

Jefferson Massao Linhares Sato/TecMundo



Nubank libera pagamento da fatura do cartão no débito automático



O Nubank começou a liberar hoje (28) o pagamento da fatura do cartão de crédito no débito automático, utilizando o saldo disponível na conta digital. A novidade, um pedido antigo dos clientes da fintech, está sendo disponibilizada aos poucos para toda a base de correntistas.

A funcionalidade permite pagar o cartão de forma automática todos os meses, na data de vencimento, evitando que você se esqueça daquele compromisso. Basta deixar a quantia referente ao valor total do pagamento até as 23h59 do dia anterior à data agendada para o procedimento.

Caso não haja saldo suficiente na conta, o banco vai enviar uma notificação ao cliente. De acordo com a

empresa, a tentativa de débito ocorrerá na parte da manhã, oferecendo ao usuário a possibilidade de pagar a fatura de outra forma ao longo do dia.

Além do débito automático lançado agora, a fatura do cartão Nubank também pode ser paga no próprio app da instituição financeira, com o saldo em conta, ou por boleto em qualquer outro banco. Na primeira opção, o limite é liberado em até 30 minutos, enquanto na segunda há um prazo de até três dias úteis para a compensação do pagamento.

Como ativar o débito automático da fatura Nubank Para aproveitar o débito automático da fatura do cartão de crédito Nubank é preciso ativar esta opção. Na tela inicial do app do Nubank, pressione o ícone

do perfil, no canto superior esquerdo, e selecione a alternativa “Configurar cartão”.

A seguir, vá em “Débito automático da fatura” e modifique a chave para o modo ativado. Feito o procedimento, o pagamento do documento ocorrerá de forma automática a partir da próxima data de vencimento, segundo a fintech.

O banco digital informa que é possível ativar e desativar a funcionalidade sempre que o correntista desejar. E se ele quiser efetuar o pagamento antecipado para liberar o limite, via boleto bancário, o débito automático será pausado e só retornará no mês seguinte, evitando a cobrança em dobro.

André Luiz Dias Gonçalves/TecMundo

Tekno S.A. – Indústria e Comércio

Companhia Aberta – CNPJ/ME nº 33.467.572/0001-34

Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação

São convocados os Srs. acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("IN CVM 481"), a ser realizada no dia **28 de abril de 2022, às 10h00**, através da plataforma digital ZOOM, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia. a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021; b) Orçamento de Capital; c) Destinação do lucro do exercício findo e distribuição dos dividendos; d) Definição do número de membros e eleição do Conselho de Administração; e) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores; f) Instalação do Conselho Fiscal. **Orientações Gerais:** 1. A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o boletim de voto a distância foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na IN CVM 481, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.teknokroma.com.br). 2. Os documentos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia localizada na Rua Alfredo Mário Pizzotti, nº 51, Vila Guilherme, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no website da Companhia (www.teknokroma.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), e foram publicados nos termos do artigo 133, § 3º, da Lei das S.A.s. 3. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim de Voto à Distância que pode ser acessado nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da IN CVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, mesmo que o Acionista já tenha enviado o Boletim de Voto à Distância, poderá, caso queira, votar na Assembleia, hipótese em que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 4. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@teknokroma.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de abril de 2022, os seguintes documentos: (i) pessoas físicas: documento válido de identidade com foto e número do CPF; (ii) pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, CNPJ e documento de identidade com foto do representante legal; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia; (iv) instrumento de mandato, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado dos documentos indicados no item (ii), caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente, demonstrando a titularidade das ações em até 3(três) dias antes da data da realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, § 3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os acionistas que atenderem os requisitos para a participação da Assembleia receberão da Companhia, por e-mail, um link de acesso da Plataforma Digital, até 24hs antes do Assembleia. 5. O percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, devendo ser referido procedimento requisitado em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral. 6. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim de Voto à Distância, constam do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia, da Proposta de Administração da Companhia e próprio Boletim de Voto a Distância, disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.teknokroma.com.br). São Paulo, 25 de março de 2022.

Fernando Antonio Albino de Oliveira – Presidente do Conselho de Administração.

(25, 26 e 29/03/2022)

G30 Participações S.A.

CNPJ/ME nº 12.822.076/0001-81 - NIRE 35300386191

Edital de Convocação Nº 01/2022

O Conselho de Administração da G30 Participações S.A. convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede da empresa, Estrada da Boiada, nº 478, Sobrelaja, Bairro Jardim América, Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP 13280-000, no dia **28 de abril de 2022**, às 09h00 horas, em primeira convocação, com quórum que represente a maioria do capital votante da Companhia, ou em última convocação às 09h30, com o quórum que estiver presente, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: I) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao Exercício Social encerrado em 31.12.2021; II) Eleição dos membros e composição dos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia; III) Outros assuntos de interesse da Companhia. Vinhedo/SP, 18 de março de 2022. Luiz Carlos da Cunha Colombo - Presidente.

OTP S.A.

CNPJ/ME nº 12.251.483/0001-86 - NIRE 35.300.38154-8 – ("Companhia")

Comunicado - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Artigo 133 da Lei 6.404 (Lei das S.A.) e em atenção à Assembleia Geral Ordinária agendada para o dia 26 de abril de 2022 às 10h00, a ser realizada de forma virtual, os Administradores da OTP S.A. vem, por meio do presente, comunicar que, em relação ao exercício findo em 31.12.2021, se acham à disposição dos acionistas, na sede da Companhia: i) o relatório da administração referente às demonstrações contábeis; ii) as demonstrações contábeis da OTP S.A. individuais e consolidadas; e iii) o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. São Paulo, 26 de março de 2022.

Felipe Montoro Jens – Diretor Presidente e Adriano Lima Ferreira – Diretor

Centro de Estudios de Materiales Y Control de Obra S.A. (CEMOSA)

CNPJ/ME nº 30.036.246/0001-84

Retificação – Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados: Ano 2021

Publicação em cumprimento da Instrução Normativa DREI nº 7 de 05/12/2013

Na publicação do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021, inserido neste jornal na edição de 17/03/2022, por equívoco, a Demonstração do Resultado do Exercício foi publicada com algumas incorreções. Por este motivo, se deve desconsiderar as informações constantes na Demonstração do Resultado do Exercício anteriormente apresentada, e considerar como corretos os seguintes novos valores:

	2021	2020
Receita Bruta	8.304.655,27	5.039.478,72
Receita de Prestação de Serviços	8.304.655,27	5.039.478,72
Deduções da Receita Bruta	(1.178.476,72)	(1.446.518,90)
(-) Abatimentos sobre Vendas/Revendas/Serviços	-	(807.843,61)
(-) Impostos sobre Vendas e Serviços	(1.178.476,72)	(638.675,29)
Custos	(3.752.748,21)	(2.012.804,41)
Custos dos Serviços Prestados	(3.752.748,21)	(2.012.804,41)
Receita Líquida	3.373.430,34	1.580.155,41
Lucro Bruto	3.373.430,34	1.580.155,41
Despesas Operacionais	(2.119.977,91)	(957.542,93)
Despesas com Vendas	-	-
Despesas Administrativas	(2.119.977,91)	(957.542,93)
Despesas com Pessoal	(703.577,06)	(377.756,00)
Impostos, Taxas e Contribuições	(106.623,57)	(12.641,62)
Despesas Gerais	(939.526,43)	(456.082,36)
Despesas Financeiras	(74.415,97)	(111.062,95)
Despesas com Pessoal – CET	(65.979,76)	-
Despesas Gerais – CET	(133.582,23)	-
Despesas com Pessoal – Consorcio Supervisor L4	(36.046,52)	-
Despesas Gerais – Consorcio Supervisor L4	(60.226,37)	-
Recitas Financeiras	10.501,41	6.164,54
Juros e Descontos	10.501,41	6.164,54
Outras Despesas Operacionais	(341.606,12)	-
Outras Despesas Operacionais	-341.606,12	-
Outras Receitas Operacionais	48.730,28	110.455,33
Receitas Reembolsos Despesas	48.730,28	110.455,33
Resultado Operacional	971.078,00	739.232,35
Despesas não Operacionais	-	-
Recitas não Operacionais	(306.166,45)	(260.715,47)
Resultado antes do IR e CSL	(306.166,45)	(260.715,47)
Provisões para IR e CSL	(306.166,45)	(260.715,47)
Provisão de IRPJ e CSLL	(306.166,45)	(260.715,47)
Lucro Líquido do Exercício	664.911,55	478.516,88

Permanecem inalterados os demais termos da citada publicação.

Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 23.670.693/0001-25 – NIRE 35.300.484.592

Nota de Cancelamento de Assembleia Geral Extraordinária

Clínicas do Brasil Holding S.A. ("Companhia") vem, pela presente, informar seus acionistas acerca do **CANCELAMENTO** da Assembleia Geral Extraordinária que ocorreria em 31 de março de 2022, às 11h00, a qual foi convocada para deliberar acerca das seguintes matérias: (i) a proposta da administração para a incorporação, pela Companhia, da Visão BR Participações Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 45.360.833/0001-00 ("Incorporada") ("Incorporação"); (ii) os termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Visão BR Participações Ltda.", celebrado em 11 de março de 2022 entre a Companhia e a Incorporada ("Protocolo"); (iii) a ratificação da nomeação e contratação da BR Efforts Serviços Contábeis S/S, sociedade simples inscrita no CNPJ sob o nº 39.255.457/0001-82 e inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP043.416/O-1, como a empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada; (iv) o laudo de avaliação; (v) a realização da Incorporação; (vi) o aumento do capital da Companhia, em decorrência da Incorporação, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (vii) a renúncia de atual membro do Conselho de Administração e a eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia; e (viii) a autorização e ratificação de todos os atos dos administradores da Companhia necessários à implementação e efetivação da Incorporação, se aprovadas as matérias anteriores. Fica sem efeito, portanto, o Edital de Convocação datado de 22 de março de 2022 e publicado no jornal "Data Mercantil" nos dias 22, 23 e 24 de março de 2022, nas páginas 6, 9 e 7, respectivamente. A administração da Companhia se resguarda ao direito de convocar nova Assembleia Geral Extraordinária cuja data será oportunamente informada ao corpo de acionistas. São Paulo, 29 de março de 2022.

Fernando Henrique de Aldemundo Pereira – Presidente do Conselho de Administração.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5035	Peso (Chile) - 0,006163
Dólar (EUA) - 4,7905	Peso (México) - 0,2379
Franco (Suíça) - 5,1268	Peso (Uruguai) - 0,1155
Iene (Japão) - 0,03886	Yuan (China) - 0,7519
Libra (Inglaterra) - 6,2717	Rublo (Rússia) - 0,05433
Peso (Argentina) - 0,04327	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2585

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,7899 / R\$ 4,7905 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,7720 / R\$ 4,7740 *

Turismo - R\$ 4,777 / R\$ 4,947

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 0,56%

OURO BM&F

R\$ 293,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,29%

Pontos: 118.738

Volume financeiro: R\$

22,541 bilhões

Maiores altas: Marfrig

ON (4,02%), Minerva

ON (3,66%), Ambev S/A

ON (2,93%)

Maiores baixas: Locaweb

ON (-4,57%), Copel PNB

(-3,31%), Banco Pan PN

(-3,30%)

S&P 500 (Nova York):

0,71%

Dow Jones (Nova York):

0,27%

Nasdaq (Nova York):

1,31%

CAC 40 (Paris): 0,54%

Dax 30 (Frankfurt):

0,78%

Financial 100 (Londres):

-0,14%

Nikkei 225 (Tóquio):

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Magna Sistemas Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 01.165.671/0001-75

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																																																
	2021	2020	2021		2020			2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																														
Ativo																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Circulante	117.323	83.673																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	46.432	31.122																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Contas a Receber de Clientes	53.881	44.585																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Impostos a Recuperar	4.931	3.398																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Despesas Antecipadas (Nota 5)	9.866	2.603																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Outros Créditos	2.213	1.965																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Não circulante	7.928	3.919																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Impostos Diferidos	453	-																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Depósitos judiciais	64	10																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Imobilizado (Nota 6)	1.881	1.717																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Intangível	1	22																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Investimentos (Nota 7)	5.529	2.170																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total do Ativo	125.251	87.592																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Passivo																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Circulante	47.173	32.399																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Fornecedores	22.787	16.584																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Empréstimos e Financiamentos (Nota 8)	56	22																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Obrigações Fiscais e Tributárias	11.231	6.902																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	56	56																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais	10.343	6.834																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Outros Débitos	2.700	2.001																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Não Circulante	8.459	3.635																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Empréstimos e Financiamentos (Nota 8)	8.347	3.528																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Provisões (Nota 15)	112	107																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Patrimônio Líquido (Nota 9)	69.619	51.558																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Capital Social	5.500	5.500																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Reservas de Lucros	64.119	46.058																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	125.251	87.592																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>1. Contexto Operacional – As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, importação, exportação, comercialização, suporte, treinamento, publicações e serviços de software e sistemas em geral. Comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados. Licenciamento ou cessão de Direito de uso de Programas de computação. Representação de Qualquer Natureza Inclusive Comercial. Gestão, administração e gerenciamento. Participação em sociedades e empreendimentos que se afigurem potencialmente lucrativos para a Sociedade. 2. Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras – A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do conselho de administração realizada em 24 de março de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1). As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais, se aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 3. Principais Práticas Contábeis – a. Reconhecimento da Receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por meio da medição dos trabalhos executados com base na receita prevista contratualmente. b. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c. Contas a receber de clientes: São apresentadas de acordo com os valores de realização. A provisão, se aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. d. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição adicionado aos demais gastos incorridos até que o bem seja colocado em operação. A depreciação é calculada pelo método linear. e. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o mercado em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes, quando aplicável. f. Tributação: I. Impostos sobre vendas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2,9% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta de 4,5%. II. Imposto de renda e contribuição social – corrente: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. g. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Sociedade, saldos de caixa e em poder de bancos. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Caixa e bancos	2	2																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Aplicações Financeiras	46.430	31.120																																																																																																																																																																																																																																																																																						
	46.432	31.122																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI e Certificados de Depósito Bancário, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>5. Despesas Antecipadas – É composto por:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Custo de Projetos em Andamento</td> <td>8.126</td> <td>884</td> </tr> <tr> <td>Prêmios de Seguros</td> <td>12</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Benefícios Pessoais</td> <td>1.471</td> <td>904</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>257</td> <td>801</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>9.866</td> <td>2.603</td> </tr> </tbody> </table> <p>Parcela classificada no Ativo Circulante Ativo não Circulante</p> <p>6. Ativo Imobilizado – Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Móveis e Utensílios</th> <th>Instalações</th> <th>Equipamentos de Proc.</th> <th>Veículos</th> <th>Equipamentos Telefônicos</th> <th>Benefícios Terceiros</th> <th>Total do ativo imobilizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Custo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2019</td> <td>494</td> <td>69</td> <td>1.568</td> <td>806</td> <td>24</td> <td>479</td> <td>3.440</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td>-</td> <td>8</td> <td>150</td> <td>487</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>645</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2)</td> <td>(109)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(111)</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2020</td> <td>494</td> <td>77</td> <td>1.716</td> <td>1.201</td> <td>24</td> <td>479</td> <td>3.974</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>468</td> <td>-</td> <td>25</td> <td>-</td> <td>493</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(16)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(16)</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2021</td> <td>494</td> <td>77</td> <td>2.168</td> <td>1.201</td> <td>49</td> <td>479</td> <td>4.468</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2019</td> <td>(248)</td> <td>(30)</td> <td>(1.110)</td> <td>(99)</td> <td>(17)</td> <td>(310)</td> <td>(1.814)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação do exercício</td> <td>(44)</td> <td>(7)</td> <td>(157)</td> <td>(102)</td> <td>(3)</td> <td>(169)</td> <td>(482)</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2</td> <td>37</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>39</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2020</td> <td>(292)</td> <td>(37)</td> <td>(1.265)</td> <td>(164)</td> <td>(20)</td> <td>(479)</td> <td>(2.257)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação do exercício</td> <td>(42)</td> <td>(9)</td> <td>(200)</td> <td>(88)</td> <td>(7)</td> <td>-</td> <td>(346)</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>16</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2021</td> <td>(333)</td> <td>(46)</td> <td>(1.465)</td> <td>(236)</td> <td>(27)</td> <td>(479)</td> <td>(2.587)</td> </tr> <tr> <td>Valor líquido</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2021</td> <td>160</td> <td>32</td> <td>702</td> <td>964</td> <td>23</td> <td>-</td> <td>1.881</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2020</td> <td>202</td> <td>40</td> <td>451</td> <td>1.020</td> <td>4</td> <td>-</td> <td>1.717</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2019</td> <td>246</td> <td>39</td> <td>458</td> <td>707</td> <td>7</td> <td>169</td> <td>1.626</td> </tr> <tr> <td>Taxa média de depreciação anual</td> <td>20%</td> <td>10%</td> <td>10%</td> <td>20%</td> <td>20%</td> <td>4%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>7. Investimentos – Composto de garantia fiduciária em forma de títulos públicos federais no valor de R\$5.529 (R\$R\$2.170 em 31 de dezembro de 2020), o qual está relacionado ao financiamento efetuado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Vide Nota 8.</p> <p>8. Empréstimos e Financiamentos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encargos Financeiros</td> <td>56</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>56</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>Não Circulante</td> <td>8.347</td> <td>3.528</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>56</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>Não Circulante</td> <td>8.347</td> <td>3.528</td> </tr> </tbody> </table> <p>BNDES ao ano+1,94% spread</p> <p>9. Patrimônio Líquido – I. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 5.500 Mil (5.500 Mil em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e ao portador, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.</p> <p>10. Receita Operacional Líquida</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas com prestação de serviços</td> <td>163.902</td> <td>131.729</td> </tr> <tr> <td>Cessão de direito de uso</td> <td>54.808</td> <td>38.850</td> </tr> <tr> <td>Receita bruta</td> <td>218.710</td> <td>170.579</td> </tr> <tr> <td>(-) Imposto sobre vendas</td> <td>(26.010)</td> <td>(20.367)</td> </tr> <tr> <td>Receita operacional líquida</td> <td>192.700</td> <td>150.212</td> </tr> </tbody> </table> <p>11. Resultados Financeiros</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rendimento de aplicação financeira</td> <td>2.152</td> <td>1.145</td> </tr> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>523</td> <td>290</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>48</td> <td>180</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.723</td> <td>1.615</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Desconto concedido</td> <td>(14)</td> <td>(14)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre empréstimos bancários</td> <td>(960)</td> <td>(160)</td> </tr> <tr> <td>Despesas bancárias</td> <td>(62)</td> <td>(49)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(27)</td> <td>(65)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(1.063)</td> <td>(288)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.660</td> <td>1.327</td> </tr> </tbody> </table>				2021	2020	Custo de Projetos em Andamento	8.126	884	Prêmios de Seguros	12	14	Benefícios Pessoais	1.471	904	Outros	257	801	Total	9.866	2.603		Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de Proc.	Veículos	Equipamentos Telefônicos	Benefícios Terceiros	Total do ativo imobilizado	Custo								Saldos em 31 de dezembro de 2019	494	69	1.568	806	24	479	3.440	Adições	-	8	150	487	-	-	645	Baixas	-	-	(2)	(109)	-	-	(111)	Saldos em 31 de dezembro de 2020	494	77	1.716	1.201	24	479	3.974	Adições	-	-	468	-	25	-	493	Baixas	-	-	(16)	-	-	-	(16)	Saldos em 31 de dezembro de 2021	494	77	2.168	1.201	49	479	4.468	Depreciação								Saldos em 31 de dezembro de 2019	(248)	(30)	(1.110)	(99)	(17)	(310)	(1.814)	Depreciação do exercício	(44)	(7)	(157)	(102)	(3)	(169)	(482)	Baixas	-	-	2	37	-	-	39	Saldos em 31 de dezembro de 2020	(292)	(37)	(1.265)	(164)	(20)	(479)	(2.257)	Depreciação do exercício	(42)	(9)	(200)	(88)	(7)	-	(346)	Baixas	-	-	-	16	-	-	16	Saldos em 31 de dezembro de 2021	(333)	(46)	(1.465)	(236)	(27)	(479)	(2.587)	Valor líquido								Saldos em 31 de dezembro de 2021	160	32	702	964	23	-	1.881	Saldos em 31 de dezembro de 2020	202	40	451	1.020	4	-	1.717	Saldos em 31 de dezembro de 2019	246	39	458	707	7	169	1.626	Taxa média de depreciação anual	20%	10%	10%	20%	20%	4%			2021	2020	Encargos Financeiros	56	22	Circulante	56	22	Não Circulante	8.347	3.528	Circulante	56	22	Não Circulante	8.347	3.528		2021	2020	Receitas com prestação de serviços	163.902	131.729	Cessão de direito de uso	54.808	38.850	Receita bruta	218.710	170.579	(-) Imposto sobre vendas	(26.010)	(20.367)	Receita operacional líquida	192.700	150.212		2021	2020	Receitas financeiras:			Rendimento de aplicação financeira	2.152	1.145	Descontos obtidos	523	290	Outros	48	180	Total	2.723	1.615	Despesas financeiras:			Desconto concedido	(14)	(14)	Juros sobre empréstimos bancários	(960)	(160)	Despesas bancárias	(62)	(49)	Outros	(27)	(65)	Total	(1.063)	(288)	Total	1.660	1.327									
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Custo de Projetos em Andamento	8.126	884																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Prêmios de Seguros	12	14																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Benefícios Pessoais	1.471	904																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Outros	257	801																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total	9.866	2.603																																																																																																																																																																																																																																																																																						
	Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de Proc.	Veículos	Equipamentos Telefônicos	Benefícios Terceiros	Total do ativo imobilizado																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Custo																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	494	69	1.568	806	24	479	3.440																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Adições	-	8	150	487	-	-	645																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Baixas	-	-	(2)	(109)	-	-	(111)																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	494	77	1.716	1.201	24	479	3.974																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Adições	-	-	468	-	25	-	493																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Baixas	-	-	(16)	-	-	-	(16)																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	494	77	2.168	1.201	49	479	4.468																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Depreciação																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(248)	(30)	(1.110)	(99)	(17)	(310)	(1.814)																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Depreciação do exercício	(44)	(7)	(157)	(102)	(3)	(169)	(482)																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Baixas	-	-	2	37	-	-	39																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(292)	(37)	(1.265)	(164)	(20)	(479)	(2.257)																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Depreciação do exercício	(42)	(9)	(200)	(88)	(7)	-	(346)																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Baixas	-	-	-	16	-	-	16																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(333)	(46)	(1.465)	(236)	(27)	(479)	(2.587)																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Valor líquido																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	160	32	702	964	23	-	1.881																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	202	40	451	1.020	4	-	1.717																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	246	39	458	707	7	169	1.626																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Taxa média de depreciação anual	20%	10%	10%	20%	20%	4%																																																																																																																																																																																																																																																																																		
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Encargos Financeiros	56	22																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Circulante	56	22																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Não Circulante	8.347	3.528																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Circulante	56	22																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Não Circulante	8.347	3.528																																																																																																																																																																																																																																																																																						
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Receitas com prestação de serviços	163.902	131.729																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Cessão de direito de uso	54.808	38.850																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Receita bruta	218.710	170.579																																																																																																																																																																																																																																																																																						
(-) Imposto sobre vendas	(26.010)	(20.367)																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Receita operacional líquida	192.700	150.212																																																																																																																																																																																																																																																																																						
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Receitas financeiras:																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Rendimento de aplicação financeira	2.152	1.145																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Descontos obtidos	523	290																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Outros	48	180																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total	2.723	1.615																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Despesas financeiras:																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Desconto concedido	(14)	(14)																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Juros sobre empréstimos bancários	(960)	(160)																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Despesas bancárias	(62)	(49)																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Outros	(27)	(65)																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total	(1.063)	(288)																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total	1.660	1.327																																																																																																																																																																																																																																																																																						
<p>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1). Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>Aos Administradores e Acionistas da Magna Sistemas Consultoria S.A. São Paulo-SP – Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Magna Sistemas Consultoria S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos outros resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magna Sistemas Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis às</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>Adriano José Jureidini Dias – Diretor Presidente Vilma Alves de Souza – Contadora CRC 1SP 229.462/O-2</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																								

... continuação

Magna Sistemas Consultoria S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras

ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.

Padrão Auditoria S/S – CRC 2SP 016.650/O-7
Yukio Funada – Contador CRC 1SP 043.351/O-8

Ibovespa cai 0,29%, a 118,7 mil pontos, após oito ganhos seguidos

O Ibovespa inicia a última semana do mês acumulando ganho de 4,95% em março, com ajuste moderado nesta segunda-feira para a referência da B3 após sequência de oito ganhos, a mais longa desde a virada de maio para junho passado. Nesta segunda-feira, fechou em baixa de 0,29%, a 118.737,78 pontos, interrompendo avanço de 10.121,83 pontos observado até a última sexta-feira em relação ao encerramento de 15 de março. Nesta segunda, oscilou entre mínima de 118.060,65 e máxima de 119.444,42, saindo de abertura a 119.082,27. O giro foi de R\$ 26,6 bilhões na sessão. No ano, o Ibovespa sobe 13,28%.

Assim como o Ibovespa, o dólar fez uma pausa nesta segunda-feira após série de oito sessões de recuo frente ao real. Nesta segunda, a mo-

eda americana fechou em alta de 0,53%, a R\$ 4,7726, tendo oscilado entre mínima de R\$ 4,7360 e máxima de R\$ 4,8190 na sessão. O petróleo, por sua vez, teve forte queda, acima de 9%, com o Brent negociado na faixa de US\$ 109 por barril no fim desta tarde, enquanto o mercado acompanha tanto os desdobramentos em torno do Leste Europeu, à espera de novas conversas marcadas para a terça entre os países em conflito, como também a ressurgência de casos de covid-19 na China, que recolocou Xangai em lockdown.

“Desde que a guerra começou, os preços das commodities têm ditado a dinâmica dos mercados como um todo, pelo efeito sobre a inflação global. O petróleo caiu, mas segue em patamar elevado”, diz Artur Schneider, responsável por produtos

na Monte Bravo Investimentos, chamando atenção, nesta semana, tanto para a divulgação do PCE, métrica preferida do Federal Reserve para a inflação ao consumidor nos Estados Unidos, que será conhecido na quinta-feira, como para os dados atualizados, referentes a março, sobre o mercado de trabalho americano, na sexta-feira.

“O movimento de alta dos juros nos Estados Unidos pode prejudicar esse fluxo (para Brasil) adiante, mas por ora a diferença entre os nossos 11,75% de Selic e o nível de 0,25%/0,50% de juro básico nos Estados Unidos segue bastante significativa, mesmo considerando o nível de inflação nos dois países”, aponta Rachel de Sá, chefe de Economia da Rico Investimentos.

Isto é Dinheiro

Após oito quedas seguidas, dólar sobe 0,53% com China e Fed no radar

Após oito pregões consecutivos de baixa, em que acumulou desvalorização de 7,98%, o dólar subiu nesta segunda-feira, 28, no mercado doméstico, com investidores aproveitado a alta da moeda norte-americana no exterior e o tombo do petróleo para ajustar posições e realizar lucros. O barril tipo Brent, referência para a Petrobras, caiu mais de 9% e voltou a ser negociado abaixo da marca de US\$ 110.

Além da perspectiva de uma aceleração de ritmo de alta dos juros nos Estados Unidos, que fortalece o dólar no exterior, contribuem para a pausa no movimento de apreciação do real medidas restritivas em Xangai, na China, para conter novo surto de covid-19, embora o minério de ferro tenha subido 3,53% no porto chinês de Qingdao.

Alta de juros nos países desenvolvidos, sobretudo nos EUA, e uma eventual piora da atividade na China avivam temores de desaceleração da economia global. O mercado também mostra cautela diante do desenrolar da guerra na Ucrânia, com negociações de paz programadas para a terça-feira, na Turquia.

Por aqui, o mercado absorve declarações do domingo do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reiterando que o Comitê de Política Monetária (Copom) está pronto para encerrar o ciclo de alta dos juros com elevação da Selic em 1 ponto porcentual maio, para 12,75% ao ano – um nível que, segundo Campos Neto, seria “capaz de levar a inflação à meta no horizonte relevante” da política monetária.

Isto é Dinheiro

Juros: Campos Neto e petróleo dão base a nova rodada de queda das taxas

As declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e a queda forte do petróleo forneceram combustível para mais um dia de queda firme dos juros futuros, em especial nos contratos médios e longos. As taxas até reduziram um pouco o ritmo de baixa no período da tarde, mas mesmo assim o recuo foi superior a dez pontos-base nos vértices além de cinco anos.

O contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para

janeiro de 2023 caiu de 12,761% para 12,73. O janeiro 2024 foi de 12,081% a 12,025. O janeiro 2025 recuou de 11,460% a 11,41%. E o janeiro 2027 cedeu de 11,375% a 11,265%.

O principal drive foi a reiteração, por parte de Campos Neto, do plano de voo do BC. Em entrevista à TV Bandeirantes, gravada na sexta-feira à tarde e exibida ontem à noite, o presidente da autarquia repetiu a intenção de parar o ciclo de alta da Selic em maio, quando a taxa deve

atingir 12,75%, mas ele deixou a porta aberta para voltar atrás na avaliação e continuar subindo os juros na reunião seguinte do Comitê de Política Monetária (Copom), em caso de escalada da guerra na Ucrânia.

“Se houver impacto da guerra, podemos mudar ... Mas entendemos que 12,75% seria taxa capaz de levar a inflação à meta no horizonte relevante da política monetária”, disse.

A fala veio na sequência de declarações de igual teor

de Campos Neto, na quinta-feira, e da ata do mais recente Copom, divulgada na terça-feira. “O bom comportamento da curva de juros depois dos documentos oficiais da semana passada o ‘liberam’ Roberto Campos Neto para ser ainda mais claro nos eventos públicos seguintes”, escreveram os economistas do Banco Original Marco Caruso (economista-chefe), Lisandra Barbero e Eduardo Vilarim.

A baixa forte no petróleo na sessão de hoje também

ajudou a descomprimir as taxas futuras. Os contratos futuros da commodity encerraram a sessão de hoje em queda forte, superior a 6%, com a decretação de lockdown em Xangai. A percepção dos investidores é que um novo alastramento da doença pode levar a uma nova rodada de restrições de circulação de pessoas, o que afetaria o crescimento econômico e, em grande medida, a demanda pelo óleo.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/ME nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238 – Companhia Aberta
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 10:30 horas, realizada na sede social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rodovia Transbrasiliana, BR 153, S/N, KM 183 mais 800, Parque Industrial, CEP 16400-972. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do livro de Presença de Acionistas. 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlo Alberto Bottarelli e secretariados pelo Sr. José Garcia Neto. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) nos termos do art. 17, inciso (i), do Estatuto Social da Companhia, a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"); e (ii) a autorização aos administradores e/ou procuradores da Companhia para praticar todos os atos necessários ou convenientes à consecução da deliberação do item acima e a ratificação dos atos já praticados pelos administradores e/ou procuradores da Companhia relacionados à deliberação acima. 5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária e discutidas as matérias, as acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, resolveram, autorizando expressamente, de forma irrevogável e irretroativa, o seguinte: 5.1. Aprovar a Emissão, com as características descritas a seguir e a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.", a ser celebrado pela Companhia, na qualidade de emissora, pela TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.014.553/0001-91 ("TPI"), BRVias Holding TBR S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.347.081/0001-75 ("BRVias") e Juno Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.252.691/0001-86 ("Juno"), e quando em conjunto com a BRVias e a Juno, as "Fiadoras", e pela Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário") e representante da comunhão dos debenturistas ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente); (i) **Número da Emissão.** A Emissão constitui a 8ª (oitava) emissão de debêntures da Companhia; (ii) **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 275.400 (duzentas e setenta e cinco mil e quatrocentas) Debêntures; (iii) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (iv) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 275.400.000,00 (duzentas e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); (v) **Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única; (vi) **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, de acordo com os procedimentos descritos na Instrução CVM 476, destinadas exclusivamente a Investidores Profissionais com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), que efetuará a distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, a serem ofertadas nos termos do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 8ª (Oitava) Emissão da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A." ("Contrato de Distribuição"); (vii) **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.** As Debêntures serão depositadas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativo ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio da CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Não obstante o disposto acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme termo definido no artigo 12 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Resolução nº 30"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme termo definido no artigo 11 da Resolução nº 30, conforme disposto nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, respectivamente, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis; (viii) **Enquadramento do Projeto.** As Debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431") e no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 ("Decreto nº 8.874"), sendo a totalidade dos recursos captados na Emissão aplicados no Projeto (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), tendo em vista o enquadramento do Projeto como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura ("Ministério da Infraestrutura"), por meio da Portaria do Ministério da Infraestrutura, Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, nº 211, de 2 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9 de março de 2022 ("Portaria"); (ix) **Destinação dos Recursos.** Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, a totalidade dos recursos líquidos de despesas e tributos aplicáveis captados pela Companhia por meio da Emissão será utilizada para o financiamento, pagamento futuro ou reembolso de gastos e despesas e/ou a amortização de financiamentos, relacionados à implementação e exploração do Projeto pela Companhia, considerado como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura de acordo com a Portaria, assim como para o pagamento de taxas e despesas em relação à Emissão, desde que tais gastos e despesas a serem reembolsados e/ou os financiamentos de curto prazo a serem amortizados tenham sido incorridos em até 24 (vinte e quatro) meses antecedentes à data de encerramento da Oferta, conforme a ser detalhado na Escritura de Emissão. Os recursos adicionais necessários à conclusão do Projeto poderão decorrer de uma combinação de recursos próprios provenientes das atividades da Companhia e/ou das controladoras e/ou, desde que observado os termos a serem definidos na Escritura de Emissão, de financiamentos a serem por elas contratados, via mercados financeiro e/ou de capitais (local ou externo) dentre outros, a exclusivo critério da Companhia; (x) **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (xi) **Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cauteias e certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; (xii) **Conversibilidade.** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. Não há qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures aos acionistas da Companhia; (xiii) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia adicional fidejussória; (xiv) **Garantia Fidejussória e Solidariedade Passiva.** As Fiadoras, neste ato, se obrigam, solidariamente com a Companhia e entre si, em caráter irrevogável e irretroativo, perante os Debenturistas, como fiadoras, codevedoras solidárias, principais pagadoras e solidariamente responsáveis por todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida ("Fiança"). A Fiança entrará em vigor na primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida) e permanecerá válida até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido). (xv) **Garantias Reais.** Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia, pelas Fiadoras e pela Mercúrio Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.042.857/0001-44 ("Mercúrio") relativas às Debêntures e demais obrigações a serem assumidas no âmbito da Emissão e descritas na Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Garantias Reais", respectivamente): (i) alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da BRVias, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a BRVias e o Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da Emissora" e "Contrato de Garantia BRVias", respectivamente); (ii) cessão fiduciária, sob condição suspensiva, nos termos do Contrato de Garantia BRVias, de (a) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da participação societária que a BRVias detém no capital social da Companhia, bem como qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Companhia à BRVias,

incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório), reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), bem como pagamentos decorrentes de eventuais mútuos celebrados entre a Companhia e a BRVias, que sejam ou venham a ser depositados e mantidos, no futuro, na Conta Vinculada da BRVias da Alienação Fiduciária TBR (conforme a ser definida no Contrato de Garantia BRVias), bem como quaisquer rendimentos relacionados a tais valores, observado os termos a serem previstos no Contrato de Garantia BRVias; (b) todos os direitos creditórios detidos pela BRVias contra o QI Sociedade de Crédito Direto S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.402.502/0001-35 ("Banco Depositário") em relação à titularidade da BRVias sobre a Conta Vinculada da BRVias da Alienação Fiduciária TBR, bem como os rendimentos relacionados à integralidade dos valores depositados na referida Conta Vinculada da BRVias da Alienação Fiduciária TBR ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da BRVias" e "Cessão Fiduciária da BRVias", respectivamente, sendo a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e a Cessão Fiduciária da BRVias, em conjunto, denominadas de "Garantias da BRVias"); (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Tijoá Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.522.198/0002-69 ("Tijoá"), de titularidade da Juno, representativas de, aproximadamente, 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) do capital social da Tijoá ("Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá"), nos termos do "Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Juno, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, dos titulares das Debêntures TPI (conforme abaixo definido) e dos titulares das Debêntures BRVias (conforme abaixo definido), e o FIDC BRV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 42.043.665/0001-22 ("Alienação Fiduciária de Ações da Tijoá", "FIDC BRV" e "Contrato de Garantia Juno", respectivamente). Para fins da presente ata: (i) "Debêntures TPI" significarão as debêntures da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, da TPI; e (ii) "Debêntures BRVias" significarão as debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, da BRVias; (iv) cessão fiduciária, nos termos do Contrato de Garantia da Juno (a) de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da participação societária que a Juno detém no capital social da Tijoá, bem como qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Tijoá à Juno, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório), reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), bem como pagamentos decorrentes de eventuais mútuos celebrados entre a Tijoá e a Juno, que sejam ou venham a ser depositados e mantidos, no futuro, na Conta Vinculada da Juno (conforme termo a ser definido no Contrato de Garantia Juno), bem como quaisquer rendimentos relacionados a tais valores; (b) da totalidade dos recursos que venham a ser devidos à Juno em razão de eventual venda das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá, incluindo, mas não se limitando, a eventual venda forçada das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá para a Furnas Centrais Elétricas S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.274.194/0001-19, em decorrência de decisão judicial ou arbitral, conforme a ser detalhado no Contrato de Garantia Juno, os quais deverão ser depositados e mantidos na Conta Vinculada da Juno; e (c) todos os direitos creditórios detidos pela Juno contra o Banco Depositário em relação à titularidade da Juno sobre a Conta Vinculada da Juno, bem como os rendimentos relacionados a tais valores ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da Juno" e "Cessão Fiduciária da Juno", respectivamente, sendo a Alienação Fiduciária de Ações da Tijoá e a Cessão Fiduciária da Juno, em conjunto, denominadas de "Garantias da Juno") a serem outorgados no âmbito do Contrato de Garantia Juno; (v) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Juno de titularidade da TPI e da Mercúrio ("Ações Alienadas Fiduciariamente da Juno"), nos termos do "Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a TPI, a Mercúrio, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, dos titulares das Debêntures TPI e dos titulares das Debêntures BRVias, e o FIDC BRV ("Alienação Fiduciária de Ações da Juno" e "Contrato de Garantia TPI e Mercúrio", respectivamente); (vi) cessão fiduciária, nos termos do Contrato de Garantia da TPI e Mercúrio de (a) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da participação societária que a TPI e a Mercúrio detém no capital social da Juno, bem como qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Juno à TPI e à Mercúrio, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório), reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), bem como pagamentos decorrentes de eventuais mútuos celebrados entre a Juno e a TPI e/ou a Mercúrio, que sejam ou venham a ser depositados e mantidos, no futuro, na Conta Vinculada da TPI (conforme a ser definida no Contrato de Garantia TPI e Mercúrio), bem como quaisquer rendimentos relacionados a tais valores; (b) todos os direitos creditórios detidos pela TPI e pela Mercúrio contra o Banco Depositário em relação à titularidade da TPI e da Mercúrio sobre a Conta Vinculada da TPI, bem como os rendimentos relacionados à integralidade dos valores depositados na referida conta ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da TPI e da Mercúrio" e "Cessão Fiduciária da TPI e da Mercúrio", respectivamente, sendo a Alienação Fiduciária de Ações da Juno e a Cessão Fiduciária da TPI e da Mercúrio); (vii) cessão fiduciária (a) de todos e quaisquer direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes e/ou relacionados às receitas da tarifa de pedágio da Companhia, bem como os direitos emergentes do "Contrato de Concessão de Serviço Público, Precedida da Execução de Obra Pública, entre a União, por Intermediário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.", celebrado entre a Companhia e a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("Poder Concedente"), em 14 de fevereiro de 2008, conforme aditado em 17 de outubro de 2017 ("Contrato de Concessão") e quaisquer valores que eventualmente venham a se tornar exigíveis pela Companhia em face do Poder Concedente, incluindo, mas não se limitando, a eventuais indenizações decorrentes da extinção do Contrato de Concessão, respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Garantia da TBR", sendo o Contrato de Garantia BRVias, o Contrato de Garantia Juno, o Contrato de Garantia TPI e Mercúrio e o Contrato de Garantia da TBR, em conjunto, "Contratos de Garantia"), os quais serão depositados na Conta Centralizadora (conforme a ser definida no Contrato de Garantia da TBR) e transferidos para a Conta Vinculada da TBR (conforme abaixo definida), nos termos do Contrato de Conta Centralizadora (conforme definido no Contrato de Garantia da TBR) e no Contrato de Garantia da TBR, bem como da totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora e na Conta Vinculada da TBR; (b) todos os direitos creditórios detidos pela Companhia contra o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 90.400.888/0001-42, na qualidade de banco depositário da Conta Centralizadora, e contra o Banco Depositário em relação à titularidade da Companhia sobre a Conta Vinculada da TBR, nos termos previstos no Contrato de Conta Centralizadora, no Contrato de Conta Vinculada e no Contrato de Garantia TBR; e (c) toda e quaisquer indenizações a serem recebidas a título de lucros cessantes e danos morais, nos termos das apólices de seguro a serem descritas no Contrato de Garantia da TBR ("Apólices de Seguro"), contratadas nos termos do Contrato de Concessão ("Cessão Fiduciária TBR" ou "Garantia da TBR"). Fica certo e ajustado que não serão objeto da Cessão Fiduciária TBR: (i) os direitos creditórios advindos das demais receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia objeto do Contrato de Concessão, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive decorrentes de publicidade; e (ii) as indenizações a serem recebidas a título de recomposição dos prejuízos materiais efetivamente sofridos pela Companhia, nos termos das Apólices de Seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão. (xvi) **Compartilhamento de Garantias.** As Garantias da Juno e as Garantias da TPI e da Mercúrio serão compartilhadas entre os Debenturistas, os titulares das Debêntures TPI e os titulares das Debêntures BRVias, nos termos a serem descritos no Contrato de Garantia Juno e do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio, respectivamente. (xvii) **Prazo e Data de Vencimento.** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, na data a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures"); (xviii) **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação positiva acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira Data de Integralização até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (ix) **Remuneração das Debêntures.** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,6000% (nove inteiros e seis mil décimos de

milésimo por cento), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusivo) ("Remuneração"), a ser calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. A Remuneração será revista no 5º (quinto) Dias Útil imediatamente anterior à 2ª (segunda) e à 4ª (quarta) Data de Pagamento de Remuneração, respectivamente ("Datas de Verificação da Remuneração"), passando a ser aplicável a maior taxa entre (a) a Remuneração em vigor e (b) a taxa prevista na coluna "B" da tabela constante no Anexo I à Escritura de Emissão, as quais corresponderão à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com prazo de vencimento imediatamente posterior ao prazo médio remanescente das Debêntures, apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação da Remuneração aplicável, indicada na coluna A da tabela a ser incluída no Anexo I à Escritura de Emissão. A alteração da Remuneração aqui prevista ocorrerá sem necessidade de prévia aprovação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas ou de nova aprovação societária da Emissora e/ou das Fiadoras. Caso ocorra a alteração da Remuneração, nos termos previstos acima, a nova Remuneração será aplicável a partir da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente à última Data de Verificação da Remuneração.; (xx) **Amortização do Valor Nominal Unitário.** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, inclusive em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Obrigatório ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado será pago pela Companhia e/ou pelas Fiadoras aos Debenturistas, semestralmente, sempre no dia 25 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de março de 2022 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com as datas e porcentagens do Valor Nominal Unitário Atualizado a serem previstos na Escritura de Emissão; (xxi) **Periodicidade do Pagamento de Remuneração.** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, inclusive em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Obrigatório ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Remuneração das Debêntures será paga pela Companhia e/ou pelas Fiadoras aos Debenturistas, semestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 25 de setembro de 2023 e o último pagamento ocorrerá na Data de Vencimento das Debêntures, conforme as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração contará com uma carência até 25 de março de 2023 ("Prazo de Carência"). Ao término do Prazo de Carência, a Remuneração apurada entre a primeira Data de Integralização e o último dia do Prazo de Carência serão capitalizados e, consequentemente, incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado na data de 25 de março de 2023 ("Data de Incorporação"), sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 25 de setembro de 2023; (xxii) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo atraso imputável à Companhia e/ou às Fiadoras no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, intimação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (xxiii) **Preço de Subscrição.** O preço de subscrição e integralização das Debêntures na primeira Data de Integralização será o seu Valor Nominal Unitário, considerando o deságio aplicável ("Preço de Subscrição 1ª Integralização"). As Debêntures que não sejam integralizadas na primeira Data de Integralização serão integralizadas pelo seu respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, considerando o deságio aplicável, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Subscrição 2ª Integralização"). As Debêntures deverão ser subscritas com deságio, a ser definido nos termos do Contrato de Distribuição e dos boletins de subscrição. O deságio será o mesmo para todas as Debêntures em cada Data de Integralização; (xxiv) **Forma de Subscrição e Integração.** As Debêntures serão totalmente subscritas na primeira Data de Integralização e integralizadas em moeda corrente nacional, em até duas datas de integralização (sendo cada uma delas uma "Data de Integralização"), por meio do MDA, de acordo com os procedimentos adotados pela B3, observados os termos e condições da Escritura de Emissão, dos respectivos boletins de subscrição e mediante comunicação do Agente Fiduciário aos Debenturistas (xxv) **Repactuação Programada.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (xxvi) **Resgate Antecipado Facultativo Total.** Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751"), desde que respeitados os requisitos previstos na referida Resolução CMN 4.751, na Lei 12.431, na Resolução do CMN nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947") e nas leis e resoluções vigentes à época, a Companhia está autorizada, mas não obrigada, independentemente de qualquer aprovação, a realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento integral do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) de prêmio, se houver, observado o previsto na Resolução CMN 4.751, na Resolução CMN 3.947 e na legislação e regulamentação vigentes à época, conforme aplicável ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"). Adicionalmente, exclusivamente na hipótese da contratação de uma nova dívida até 31 de dezembro de 2023 pela Companhia cujos recursos sejam utilizados para fazer frente aos investimentos aplicáveis às obras de duplicação, incluindo dispositivos, acessos, retornos, pontes e passarelas, exclusivamente dos Lotes 01 (compreendido entre o km 0+000 e km 51+700 metros) e 03 (compreendido entre o km 162+000 e km 195+200 metros) da Rodovia BR-153/SP, nos termos do Contrato de Concessão, desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN, bem como pelas demais leis e regulamentações aplicáveis à época, a Emissora poderá realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total. Nesta hipótese, o valor total a ser pago por Debênture no âmbito de tal resgate será equivalente a 97,50% (noventa e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso, sendo certo que, neste caso, o Agente Fiduciário, mediante o recebimento dos valores acima, deverá entregar termo de quitação à Emissora e às Fiadoras nos termos do Anexo VI à presente Escritura de Emissão, dando plena, irrevogável e irretroativa quitação com relação a todas as Obrigações Garantidas decorrentes das Debêntures e dos demais documentos da Emissão. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures; (xxvii) **Amortização Extraordinária Obrigatória.** Desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN, bem como pelas demais leis e regulamentações aplicáveis à época, a Emissora deverá, na hipótese de venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou das Ações Alienadas Fiduciariamente da Juno, incluindo, mas não se limitando a eventual venda forçada ("Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno"), nos termos a serem permitidos na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, realizar amortização extraordinária obrigatória das Debêntures ("Amortização Extraordinária Obrigatória") mediante a utilização dos recursos decorrentes da Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno líquidos de tributos, comissões e despesas efetiva e comprovadamente pagos, bem como dos montantes utilizados para resgate antecipado da totalidade das Debêntures TPI e Debêntures BRVias, conforme aplicável ("Valor Líquido"), em montante correspondente (a) a totalidade do Valor Líquido obtido com a Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno, limitado a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo esse valor corrigido pela variação positiva do IPCA desde a data de celebração da Escritura de Emissão, caso a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória ocorra até a Primeira Data de Verificação dos Índices Financeiros (conforme abaixo definida), exclusive; ou (b) em montante correspondente ao maior valor entre (b.i) o *quantum* necessário para cumprimento dos Índices Financeiros (conforme abaixo definido), sendo que, para fins de cálculo dos Índices Financeiros, nesta hipótese, deverão ser desconsiderados os dividendos pagos pela Tijoá no período aplicável para fins do cálculo dos Índices Financeiros, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão e (b.ii) o montante mínimo de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo esse valor corrigido pela variação positiva do IPCA desde a data de celebração da Escritura de Emissão, caso a Amortização Extraordinária ocorra a partir da Primeira Data de Verificação dos Índices Financeiros, inclusive. A Amortização Extraordinária Obrigatória deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures. Para fins da Escritura de Emissão, a primeira verificação dos Índices Financeiros ocorrerá com base nas informações financeiras trimestrais revisadas de 31 de março de 2024 ("Primeira Data de Verificação dos Índices Financeiros"). Adicionalmente, caso os Índices Financeiros (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão) não sejam cumpridos, nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, e o Valor Líquido oriundo da Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CDA4-4C8F-4816-D40F.

... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/03/2022 da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ou da Juno não seja suficiente para realização do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Emissora deverá utilizar, única e exclusivamente, a integralidade do Valor Líquido oriundo da Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, desde que permitido pela legislação aplicável e observado o que for previsto na Escritura de Emissão; (xxviii) **Resgate Antecipado Obrigatório.** Caso os Índices Financeiros não sejam cumpridos nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, e o Valor Líquido obtido com a Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno sejam suficientes para a realização do resgate total das Debêntures, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN, bem como pelas demais leis e regulamentações aplicáveis à época ("Resgate Antecipado Obrigatório"). Conforme previsto acima, caso o Valor Líquido obtido com a Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno não seja suficiente para realização do Resgate Antecipado Obrigatório, a Emissora deverá utilizar, única e exclusivamente, a integralidade do Valor Líquido obtido com a Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória nos termos previstos acima. O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado mediante o pagamento integral do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido (i) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, se for o caso; (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório; e (iii) de prêmio, se houver, observado o previsto na Resolução CMN 4.751, na Resolução CVM 3.947 e na legislação e regulamentação vigentes à época, conforme aplicável ("Valor do Resgate

Antecipado Obrigatório"). Todo e qualquer valor pago a título de Resgate Antecipado Obrigatório deverá respeitar os limites estabelecidos na Resolução CMN 4.751, bem como em quaisquer resoluções que vierem a substituí-la e nas demais leis e regulamentações. Caso, quando da Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno, não seja permitido, pelas leis e regulamentações vigentes à época, realizar o Resgate Antecipado Obrigatório nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os recursos decorrentes da Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno necessários para realização dos pagamentos previstos nos itens (a) ou (b), conforme o caso, do item (xxvii) acima, permanecerão cedidos fiduciariamente, por um período de 12 (doze) meses contados da data de recebimento dos recursos decorrentes da Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno na Conta Vinculada da Juno ou na Conta Vinculada da TPI, conforme aplicável, observado o disposto no Contrato de Garantia Juno e no Contrato de Garantia TPI e Mercúrio, conforme o caso. Durante este período de 12 (doze) meses, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas com vistas a deliberar acerca da alteração da Data de Vencimento para cumprimento do previsto no presente item, desde que respeitadas a regulamentação e legislação aplicáveis. Caso não seja instalada a referida Assembleia Geral de Debenturistas em primeira ou segunda convocação ou se, por qualquer motivo a referida matéria não tenha sido deliberada ou aprovada, o Agente Fiduciário deverá, durante o referido período de 12 (doze) meses, convocar quantas nova(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas sejam necessárias até que tal matéria seja deliberada ou aprovada. Caso, após o período de 12 (doze) meses contados do recebimento dos recursos decorrentes da Alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou da Juno na Conta Vinculada da Juno ou na Conta Vinculada da TPI, conforme aplicável, sem que ocorra a aprovação pela maioria das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, da nova Data de Vencimento, os recursos serão liberados, desde que não esteja em curso um Evento de Retenção (conforme e definido no Contrato de Garantia Juno), nos termos previstos Contrato de

Garantia Juno e no Contrato de Garantia TPI e Mercúrio. Para fins do previsto no inciso IV, artigo 1º da Resolução CMN 4.751, as possíveis datas de Resgate Antecipado Obrigatório serão as Data de Pagamento da Remuneração, sendo que o intervalo entre tais datas não será inferior a seis meses. **(xxix) Vencimento Antecipado.** As Debêntures estarão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado a serem previstas na Escritura de Emissão; e **(xxx) Demais características e aprovação da Escritura de Emissão.** As demais características e condições da Emissão de Debêntures serão especificadas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a ela pertinentes. **5.2.** Em decorrência das deliberações acima tomadas, autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, negociar, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia, para a Emissão, inclusive assinar os documentos necessários para tanto que incluem, mas não se limitam, à Escritura de Emissão, e quaisquer eventuais aditamentos, bem como a contratação dos prestadores de serviço necessários à realização da Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação dos serviços e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos; e Ratificar todos os atos relacionados às deliberações acima já praticados pelos administradores e/ou procuradores da Companhia relacionados às deliberações acima. Por fim, restou deliberado que todo o material de suporte anexo à presente reunião deverá ser rubricado pelo advogado da Companhia e secretário da reunião, Sr. José Garcia Neto. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; José Garcia Neto – Secretário. **Acionista Presente:** BRVias Holding TBR S.A. (por Dorival Pagani Junior e André Galhardo de Camargo). **Certifico e dou fé que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio assinada por todos e arquivada na sede da companhia.** Lins/SP, 25 de março de 2022. Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; José Garcia Neto – Secretário.

Bolsas de NY fecham em alta, com perspectivas para negociações sobre Ucrânia

As bolsas de Nova York fecharam em alta nesta segunda-feira, 28, em sessão na qual as perspectivas de que tratativas diplomáticas possam resolver questões do conflito entre Ucrânia e Rússia. Por outro lado, os temores com a inflação e os movimentos nos rendimentos dos Treasuries, que chegaram a avançar durante a sessão, também foram monitorados. Nesta semana, investidores aguardam a publicação do índice de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) e do payroll (dado de emprego) dos Estados Unidos.

O índice Dow Jones fe-

chou em alta de 0,27%, em 34.955,89 pontos, o S&P 500 avançou 0,71%, a 4.575,52 pontos, e o Nasdaq subiu 1,31%, a 14.354,90 pontos.

Para Edward Moya, analista da Oanda, as ações têm sido resilientes e um pouco apoiadas na esperança de que a guerra na Ucrânia não seja longa e que grande parte da inflação que estamos vendo atualmente diminuirá no segundo semestre do ano. Quanto mais o conflito durar, maiores os riscos de estagflação e isso deve ser inquietante para os investidores, avalia.

"Wall Street pode estar pronta para alguma ação lateral de preços para ações, dada

toda a incerteza persistente com riscos geopolíticos", observa Moya.

O porta-voz do Kremlin Dmitry Peskov disse nesta segunda-feira que as negociações de paz com os ucranianos podem recomeçar na terça-feira na Turquia e defendeu que as conversas ocorram presencialmente, mesmo que nenhum "grande progresso" tenha ocorrido até o momento.

Um dos efeitos foi a queda nos preços do petróleo, o que repercutiu em empresas do setor. Chevron (-1,74%) e ExxonMobil (-2,81%) estiveram entre os recuos. Já as ações da Apple caíram ini-

cialmente após relatos de que a companhia estava prestes a cortar a produção de seu novo iPhone SE em 20%, aponta Moya.

"O enfraquecimento da demanda é um resultado direto da guerra na Ucrânia e esse golpe inesperado pode continuar se a inflação continuar descontrolada. Os dispositivos da Apple são caros e, se os riscos de estagflação aumentarem, a empresa poderá começar a perder participação de mercado", afirma o analista. Por fim, os papéis da companhia tiveram alta de 0,50%.

Já a Tesla informou nesta segunda-feira que solicitará a

aprovação dos acionistas em sua assembleia anual para um aumento no número de suas ações, com objetivo de promover desdobramento dos papéis, mas não especificou quando esse desdobramento ocorreria ou qual seria a proporção. A proposta vem quase dois anos após a Tesla implementar um desdobramento de ações de 5 por 1. Na época, a empresa afirmou que o objetivo era tornar os papéis mais acessíveis a investidores. Seguindo o anúncio, as ações da empresa avançaram 8,03%.

Isto é Dinheiro

Petróleo fecha em forte queda, em meio a lockdown na China e alta do dólar

Os contratos futuros de petróleo fecharam em forte baixa nesta segunda-feira, 28, pressionados por preocupações com a demanda chinesa, após anúncio de novas restrições em Xangai por conta do avanço da covid-19. Além disso, o dólar subiu ante a maioria das moedas rivais, o que prejudica os preços do óleo que é cotado na divisa norte-americana.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do petróleo WTI com entrega prevista para maio encerrou a sessão com perdas de 6,97% (US\$ 7,94), a US\$ 105,96. Já o barril do petróleo Brent

para junho recuou 6,71% nesta segunda (US\$ 7,88), a US\$ 109,49, na Intercontinental Exchange (ICE).

Na madrugada, o petróleo já operava em queda forte, acelerando o movimento depois, em meio à alta do dólar e a temores sobre demanda mais fraca pela commodity após a China decretar um lockdown escalonado em Xangai, no domingo, para conter um surto de covid-19. Autoridades locais afirmaram que planejam separar a cidade de mais de 25 milhões de residentes em duas, impondo lockdown a uma metade e depois à outra na próxima semana e meia.

Para o Commerzbank, as restrições na China estão provocando preocupações crescentes de que a rígida política de zero covid levará a repetidos bloqueios nos principais centros de negócios, o que provavelmente não deixará a demanda de petróleo ilesa. Para Edward Moya, da Oanda, vai ser um "caminho atribulado" para o óleo. "A Opep+ provavelmente permanecerá no curso e não parece que o presidente russo Putin fará qualquer compromisso para acabar com a guerra tão cedo. Com as perspectivas de um renascimento do acordo nuclear com o Irã desaparecendo, parece que

o lado da oferta da equação deve manter o petróleo acima do nível de US\$ 100", pondera, em relatório enviado a clientes.

De acordo com o TD Securities, embora a intensificação dos bloqueios na China esteja impactando significativamente a mobilidade e a demanda de transporte, os preços do petróleo não serão corrigidos significativamente, pois os riscos de fornecimento de energia permanecerem elevados, fornecendo isolamento contra os ventos contrários da demanda de curto prazo.

As exportações de petróleo da Rússia encolheram

mais de 25% na semana de 17 a 23 de março em comparação com a semana anterior, segundo dados do setor.

Para o ministro de Energia dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Suhail al-Mazrouei, o óleo da Rússia não pode ser substituído. Já o secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), Mohammed Barkindo, afirmou que, de acordo com o panorama para 2025, a indústria de petróleo e gás precisará de cerca de US\$ 11 trilhões para atender a demanda futura.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria informa aos seus acionistas, nos termos do artigo 133, I, c.c. artigo 133, § 5º, ambos da Lei nº 6.404/76, os fatos administrativos, negociais e sociais mais relevantes ocorridos durante o exercício social findo em 31/12/2021: Tal como nos exercícios anteriores, a companhia teve como única fonte de receita os recebimentos decorrentes do Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários celebrado em 14.6.2005 com a Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda., os quais totalizaram R\$ 3.231.865,62. O valor mencionado do faturamento é superior em 38,78% ao do exercício anterior, portanto superior à inflação oficial do período de 10,06%. Com a redução de 7,41% do endividamento oneroso para R\$ 698.302,77, o lucro líquido da companhia foi de R\$ 704.496,68, sendo 375,42% superior ao exercício anterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	31/12/2021	31/12/2020	Descrição	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Lucros/prejuízos acumulados	Total
ATIVO			Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.530.000	118.263	74.679	10.549.913	(5.672.982)	7.599.873
Circulante	4.214.268,19	3.036.813,68	Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Disponível	4.128.911,18	2.948.034,79	Lucros ou prejuízos do exercício	-	-	-	-	196.280	196.280
Adiantamento a fornecedores	3.676,52	-	Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.530.000	118.263	74.679	10.549.913	(5.476.702)	7.796.153
Impostos a recuperar	81.680,49	88.778,89	Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	77.802,87	Lucros ou prejuízos do exercício	-	-	-	-	704.497	704.497
Depósitos judiciais e compulsórios	-	77.802,87	Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.530.000	118.263	74.679	10.549.913	(4.772.205)	8.500.650
Permanente	5.207.567,76	5.602.953,36							
Imobilizado líquido	5.207.567,76	5.602.953,36							
Total do ativo	9.421.835,95	8.717.569,91							
PASSIVO									
Circulante	222.882,56	134.016,89							
Fornecedores	4.763,93	4.402,42							
Obrigações sociais	91.973,52	78.859,38							
Obrigações fiscais	126.145,11	50.755,09							
Exigível a longo prazo	698.302,77	796.022,56							
Contingência fiscal	426.326,18	426.326,18							
Refis	271.976,59	369.696,38							
Patrimônio líquido	8.500.650,62	7.787.530,46							
Capital social	2.530.000,00	2.530.000,00							
(-) Capital a integralizar/subscribever	-	-							
Reservas de capital	192.942,19	192.942,19							
Reservas de reavaliação	10.549.913,00	10.549.913,00							
Lucros/prejuízos acumulados	(5.476.701,25)	(5.672.981,24)							
Resultado do exercício	704.496,68	187.656,51							
Total do passivo	9.421.835,95	8.717.569,91							

NOTAS E EXPLICAÇÕES

1. **Contexto Operacional:** A Companhia, com sede na cidade de São Paulo, a Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, 7901 Bairro Tucuruvi, tem como objetivo o arrendamento de jazida mineral para exploração de brita. 2. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis realizadas no Brasil, consubstanciadas na lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e modificações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, procedimentos e normas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade -

CFC. 3. **Principais Práticas Contábeis:** a) **Apuração do Resultado:** O Resultado é apurado de acordo com os termos do artigo 39, III, da IN RFB nº 1.700/2017, para apropriação de receitas, outros e ou despesas correspondentes. b) **Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o tempo de vida útil de cada item, baseado nos preceitos estabelecidos pela secretaria da Receita Federal através do Regulamento do Imposto de Renda em vigência. Imposto de Renda em vigência. 4. **Mutações do Patrimônio Líquido:** a) **Reserva Legal:** a legislação estabelece que deva ser

constituída uma reserva, mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até que a reserva atinja o limite de 20% do capital social.

DIRETORIA

Sergio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho - Diretor Administrador
Claudio Augusto Teixeira de Carvalho - Diretor Administrador
Jarbas Teixeira de Carvalho Junior - Diretor Administrador
Romualdo Cesar - Contador - CRC nº 1SP3032820-0

Ouro fecha em baixa, pressionado por dólar fortalecido e com Fed no radar

O contrato mais líquido do ouro fechou em baixa nesta segunda-feira, 28, em sessão na qual o mercado observa as perspectivas para a postura do Federal Reserve (Fed). Nos próximos dias, além de uma série de aparições públicas da autoridade, investidores estarão atentos à publicação do payroll dos Estados Unidos de março e do índice de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) do país. Hoje, o avanço do dólar, moeda na qual o ouro é cotado, pressionou os preços do metal.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para abril recuou 0,74%, a US\$ 1.939,80 por onça-troy.

O Commerzbank atribui a queda do ouro hoje ao avanço do dólar. O banco alemão aponta que os futuros dos Fed Funds estão precificando aumentos nas taxas de juros 90 pontos base nas próximas duas reuniões do Fed. “Em nossa opinião, o preço do ouro está se mantendo impressionantemente bem nesse cenário”, avalia.

Na visão do TD Securities, uma curva de juros invertida está trazendo de volta rumores de uma recessão no horizonte. “Isso ocorre no momento em que os mercados estão se preparando para que o Fed ofereça uma surpresa agressiva aos mercados, enviando um forte sinal de que os mercados estão cada vez mais precificando um Fed que está disposto a ultrapassar a taxa neutra para controlar a inflação”, afirma. O banco também vê os preços do ouro “incrivelmente resilientes”.

Isto é Dinheiro

Isto é Dinheiro

Como a desvalorização do dólar afeta a bolsa de valores?

A série de desvalorização do dólar recente de oito quedas consecutivas, fez com que a moeda atingisse o menor patamar de fechamento desde março de 2020. No mês, teve uma queda acumulada de mais de 7% e, no ano, de mais de 14% frente ao Real. Isso fez com que vários investidores estrangeiros “invadissem” a B3, a bolsa de valores brasileira.

Mas por que isso aconteceu? Segundo o analista de investimentos Guilherme Spina, a desvalorização do dólar tem um peso grande para os investidores estrangeiros maximizarem os lucros em investimentos em ações aqui no Brasil. “Ao fim da operação em Reais, ele consegue comprar mais dólares quando ele desvaloriza no período”, diz.

Como consequência, o fluxo de capital estrangeiro

na bolsa tende a influenciar uma tendência de alta na bolsa. Spina aponta que, para quem já possui ações em carteira, isso é muito positivo.

Mas para quem quer entrar após um período considerável de alta, o processo de stock picking (escolher ativos a preços baixos e vendê-los quando estiverem valorizados) deve ser mais criterioso para que o investidor encontre empresas com upsides (potencial aumento do valor da ação) atrativos.

Até quando vai a desvalorização do dólar?

O analista não vê uma fuga em massa dos investimentos estrangeiros. Mesmo com eleição em 2022, ele acredita que pelos próximos dois anos poderemos ver o Brasil ainda sendo atrativo para os estrangeiros.

“Vale a pena para o investidor estrangeiro apostar

em ativos aqui mesmo que a tendência de baixa do dólar não se mantenha por muito tempo, pois hoje na bolsa temos várias ações de boas empresas muito descontadas”, diz Spina. “Mas também não acredito que a tendência de baixa do dólar seja tão curta, tendo em vista o cenário macroeconômico.”

Agora, caso os investidores decidam abandonar a B3 em bloco, o movimento provocaria uma queda na mesma intensidade da alta de quando ele entra na bolsa brasileira. Isso acontece, explica o analista, porque a saída de capital reduz o volume de negociação. “Mas há ações que, obviamente, não sofrem tanto, pois são alvos dos estrangeiros. Geralmente são small caps (ações de empresas de menor porte da bolsa de valores)”, afirma.

E como o investidor brasileiro pode se preparar para a alta na bolsa, quando os investidores estrangeiros chegam ou saem da B3? Para Spina, é preciso que o investidor brasileiro tenha uma estratégia sólida com foco no longo prazo.

“Um portfólio de investimentos bem diversificado, com exposição a ativos diferentes, tende a aumentar a eficiência do processo de construção de patrimônio”, diz o analista. “Eventos como a entrada ou saída de capital estrangeiro acabam sendo apenas detalhes, se comparados com a estratégia que ele executa.”

Isto é Dinheiro

Isto é Dinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Moedas Globais: índice DXY do dólar avança, com iene em queda após BoJ

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, teve alta nesta segunda-feira, com a agenda da semana e a postura do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) no radar. Além disso, o iene recuou, após intervenções do Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês).

No fim da tarde em Nova York, o dólar avançava a 123,87 ienes, o euro caía a US\$ 1,0979 e a libra tinha baixa a US\$ 1,3088. O DXY avançou 0,31%, a 99,091

pontos.

Em dia de agenda modesta, investidores continuaram a monitorar a guerra na Ucrânia e seus desdobramentos. O presidente dos EUA, Joe Biden, voltou a criticar duramente o da Rússia, Vladimir Putin, mas considerou que isso não deve atrapalhar as negociações diplomáticas, enquanto a Organização das Nações Unidas pediu um “cessar-fogo humanitário” imediato para que as partes possam negociar.

O rublo russo se recuperava nesta segunda-feira,

em meio ao debate sobre a exigência da Rússia de receber seus pagamentos pelo gás vendido na moeda local. Clientes da Europa, porém, têm recusado a ideia, denunciando-a como quebra de contrato. No horário citado, o dólar caía a 95,035 rublos.

Na Ásia, o BoJ tem realizado intervenções por meio de leilões, a fim de evitar que os juros dos bônus do governo (JGBs) subam acima da meta, o que levou o iene a atingir mínimas desde 2015 frente ao dólar.

Isto é Dinheiro

BC russo estabiliza rublo após turbulências iniciais com guerra

Embora o rublo russo ainda possa ver oscilações acentuadas em um dia, ele reduziu suas perdas acentuadas e começou a se estabilizar. Agora, está sendo negociado a cerca de 99 rublos por dólar, cerca de 17% mais fraco do que era antes das tropas russas invadirem a Ucrânia em 24 de fevereiro, mas mais forte do que seu recorde de baixa de 151 em 7 de março, segundo a FactSet.

O aumento dos preços das moedas geralmente reflete um fortalecimento geral das perspectivas econômicas de um país. Não é assim na Rússia. Em vez disso, os movimentos do banco central para limitar a venda de rublos e forçar a compra do ativo efetivamente fabricaram a demanda pela moeda. A Rússia limitou a quantidade de dólares que os residentes podem sacar de contas bancárias em moeda estrangeira e proibiu os bancos de vender moedas estrangeiras a clientes pelos próximos seis meses. As corretoras russas também não podem permitir que clientes estrangeiros vendam títulos.

Essas medidas dificultaram a venda do rublo, limitando assim suas perdas.

As sanções ocidentais contra a Rússia deixaram exclusões para os exportadores de energia dos quais a Europa é particularmente dependente, o que manteve dólares e euros fluindo para o país. A Rússia ordenou que esses exportadores vendessem 80% de suas receitas em moeda estrangeira e comprassem rublos, ajudando a valorização da moeda.

O presidente russo, Vladimir Putin, disse recentemente que quer que os países europeus comecem a comprar gás russo com rublos em vez de dólares e euros. Isso reverteria o fluxo atual de dinheiro, fazendo com que os países sancionadores apoiem a moeda da Rússia e garantindo que todos os fundos das vendas de energia apoiem seu valor, disse Christian Kopf, chefe de renda fixa da gestora de ativos Union Investment. Tal movimento é improvável, mas sinaliza o desejo da Rússia de aumentar a demanda pelo rublo.

Isto é Dinheiro

CVM aplicou R\$ 19,3 milhões em multas em 2021; queda é de 98% ante 2020

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou R\$ 19,329 milhões em multas a infratores do mercado de capitais em 2021. O valor total das punições foi 98% inferior ao do ano anterior, quando somou R\$ 950,5 milhões, e a menor cifra desde 2011, quando foram aplicadas multas de R\$ 18 milhões (valor da época, sem correção pela inflação).

O movimento reflete, sobretudo, a ausência de grandes casos julgados com punições elevadas. Em 2020, por exemplo, a CVM aplicou multa de R\$ 500 milhões em um único processo, do Rio Previdência. A baixa reflete ainda, em parte, o menor número de processos julgados pelo colegiado: foram 56 em 2021, inferior aos 63 do ano anterior, redução de 11%.

No total, 83 participantes do mercado foram multados no ano passado, além de um inabilitado e 25 advertidos. Dois foram proibidos de atuar no mercado e 114 absolvidos pela CVM. Os dados fazem parte do Relatório de Atividade Sancionadora, divulgado nesta segunda-feira pela autarquia. Ao longo do ano, foram iniciados 113 pro-

cedimentos administrativos investigativos.

Segundo a CVM, o número de processos administrativos com potencial sancionador bateu recorde. Ao final de dezembro de 2021, o total em andamento nas áreas técnicas estava em 346, o maior dos últimos cinco anos.

A CVM passou parte do ano com seu colegiado desfalcado. Um exemplo é a vaga deixada por Gustavo Gonzalez, que renunciou ao cargo de diretor da autarquia no início de 2021. A vaga foi preenchida apenas no fim de agosto, com a nomeação de Fernando Galdi para cumprir o restante do mandato. Outras vagas também ficaram em aberto ao longo do ano.

Acordos:

A CVM também destaca no relatório que apreciou 102 propostas de acordo para encerrar processos administrativos, os chamados termos de compromisso. Trata-se de um número recorde, superando 2018. Do total, o Colegiado aprovou 45 propostas de acordo, envolvendo 98 participantes do mercado de capitais. Somados os valores, o montante atingido foi de R\$ 71,8 milhões.

Ao fechar um acordo, os processos são encerrados, sem julgamento. A CVM leva em conta, ao aceitar os termos, questões como o potencial de economia processual, a gravidade da conduta, a possibilidade de correção das irregularidades e de indenização de prejuízos, por exemplo. Os acordos ajudam ainda a reduzir os processos na fila de julgamento.

Crimes:

O total de indícios de crime comunicados pela CVM aos Ministérios Públicos dos Estados e Federal somou 215 em 2021, baixa de 33,8% frente ao ano anterior (325), segundo o Relatório de Atividade Sancionadora Anual de 2021, divulgado nesta segunda-feira pela autarquia.

Apesar da queda, o ano foi marcado por casos de grande repercussão, como o chamado “Faraó dos Bitcoins”, apelido de Glaydson Acácio dos Santos, preso em agosto por supostamente liderar um esquema milionário de pirâmide financeira. O cenário de crise e juros baixos deixa investidores ávidos por rentabilidade, favorecendo esquemas de pirâmide financeira.

Isto é Dinheiro

Tekno S/A – Indústria e Comércio

CNPJ/ME nº 33.467.572/0001-34

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos acionistas e ao mercado em geral, que o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2022, aprovou o crédito de juros a título de remuneração do capital próprio aos acionistas da empresa, de acordo com o artigo 9º da Lei 9.249/95, nas seguintes condições: a) Data do crédito = 31 de março de 2022; b) Valor total dos juros = R\$.3.597.026,01 (três milhões, quinhentos e noventa e sete mil, vinte e seis reais e um centavo) para serem creditados à razão de R\$.2.64349395058 por ação preferencial (valor bruto); c) Data de pagamento = a data do pagamento, sem correção monetária, será definida na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023; d) A proposta da administração à Assembleia Geral Ordinária será a de imputar o valor dos juros creditados aos dividendos obrigatórios e ao dividendo estatutário das ações preferenciais previsto na letra “a” do artigo 8º do Estatuto da Companhia, de acordo com o previsto no parágrafo 7º, art. 9º da Lei 9.249/95 e com o parágrafo 5º, do artigo 33 do referido Estatuto; e) Os créditos serão feitos a cada acionista de forma individualizada, com base na posição acionária de 31 de março de 2022. Sobre o valor dos juros, haverá a retenção de Imposto de Renda na Fonte de acordo com a legislação vigente, exceto para os acionistas comprovadamente imunes. São Paulo, 28 de março de 2022. José Maria de Campos Maia Netto – Diretor de Relações com Investidores.

Benner Sistemas S.A.

CNPJ/ME nº 02.288.055/0004-17

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 08 de abril de 2022, às 16h00min, na sede social da empresa na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1681, 4º andar, sala 41-B, na cidade de São Paulo-SP, ou poderão participar via videoconferência, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Reeleição do conselho de administração e (ii) Demais assuntos. São Paulo/SP, 29 de março de 2022. A Diretoria. (29, 30 e 31/03/2022)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Plataforma de e-commerce da Shopee vai encerrar operações na Índia



A empresa de comércio eletrônico e jogos Sea, da Shopee, disse nesta segunda-feira que está se retirando do mercado de varejo da Índia, meses após iniciar as operações no país, no segundo revés neste mês em uma campanha de expansão no exterior, já que a empresa enfrenta fracas perspectivas de crescimento.

A retirada, efetiva a partir de 29 de março, ocorre semanas após a Shopee anunciar a saída da França e depois que a Índia proibiu o popular aplicativo de jogos "Free Fire", da Sea.

A Shopee disse em comunicado que sua retirada ocorreu "em vista das incertezas do mercado global" e que a

empresa tornaria "o processo o mais suave possível".

No início deste mês, Sea disse que o crescimento da receita de seus negócios de comércio eletrônico deve cair pela metade para cerca de 76% neste ano, ante 157% em 2021, à medida que mais países emergem da pandemia.

Os negócios da Shopee na Índia começaram em outubro de 2021 como parte de um impulso internacional agressivo. O valor de mercado da Sea na época era de 200 bilhões de dólares. Desde então, caiu para 64,76 bilhões de dólares.

Uma pessoa familiarizada com a empresa disse que a decisão de sair da Índia foi desencadeada em parte por um escrutínio regulatório mais

rigoroso, como o banimento do aplicativo de jogos Free Fire, parte de uma repressão a empresas que supostamente enviam dados para servidores na China.

A pessoa disse que a Shopee planejava investir até 1 bilhão de dólares na Índia e que a retração prejudicaria as empresas de logística indianas com as quais assinou contratos lucrativos.

A empresa, solicitada a comentar o número, contestou o número como "não preciso", sem dar detalhes, dizendo que "a decisão sobre o Shopee India não tem nada a ver com questões regulatórias".

As ações caíram 1,8% após a notícia.

Reuters

HP compra Poly por US\$1,7 bi em aposta no trabalho híbrido

A HP disse nesta segunda-feira que comprará a fabricante de dispositivos de áudio e vídeo Poly por 1,7 bilhão de dólares em dinheiro, tentando capitalizar o aumento de demanda por produtos eletrônicos liderado pelo trabalho híbrido.

A HP ofereceu 40 dólares por ação da Poly, antes conhecida como Plantronics, o que representa um prêmio de cerca de 53% sobre o último preço de fechamento da ação. Incluindo dívida, o negócio é avaliado em 3,3 bilhões de dólares.

"A ascensão do escritório híbrido cria uma oportunidade única em uma geração

para redefinir a forma como o trabalho é feito", disse o presidente-executivo da HP, Enrique Lores.

Com a crise global de saúde aumentando a necessidade de trabalho híbrido, o mercado viu várias aquisições, incluindo a compra de 27,7 bilhões de dólares do aplicativo de mensagens corporativas Slack pela fabricante de software de negócios Salesforce no ano passado.

A Poly, cujas ações subiam cerca de 50%, disse que terá que pagar uma multa de 66 milhões de dólares se o acordo fracassar.

A transação deve ser concluída até o final de 2022.

Reuters



Arrecadação federal sobe 5,3% em fevereiro, a R\$148,7 bi, recorde para o mês



A arrecadação do governo federal teve alta real de 5,27% em fevereiro sobre igual mês do ano passado, atingindo patamar recorde de 148,664 bilhões de reais, divulgou a Receita Federal nesta segunda-feira.

O resultado de fevereiro, puxado por ganhos do governo com royalties de petróleo em meio à alta nos preços do barril, foi o maior para o mês da série histórica da Receita corrigida pela inflação, iniciada em 1995.

Se considerada apenas a receita administrada pela Receita Federal, que engloba a coleta de impostos de competência da União, a arrecadação teve uma alta real de 3,45% no mês.

Em contrapartida, as receitas administradas por outros órgãos, que são sensíveis sobretudo pelos royalties decorrentes da produção de petróleo, deram um salto de 79,77% acima da inflação.

Nos dois primeiros meses do ano, o crescimento real da arrecadação foi de 12,92%, a 383,986 bilhões de reais, também com o desempenho mais forte para o período na série.

De acordo com a Receita, o desempenho da arrecadação também reflete uma melhora em indicadores macroeconômicos, o que amplia ganhos de empresas e impulsiona o pagamento de tributos.

Um dos fatores colocados pelo fisco como determinan-

tes para o resultado do mês foi uma alta real de 6,7% nos ganhos de PIS/Cofins na comparação com fevereiro de 2021, sob influência do setor financeiro e o setor de combustíveis.

Além disso, houve aumento real dos recolhimentos de IOF no período, de 26,3%, especialmente em operações de crédito de empresas e em títulos e valores mobiliários.

Também foi registrada elevação de 57,8% em Imposto de Renda retido na fonte sobre capital, com ganhos em rendimentos de fundos e títulos de renda fixa, e de 38,2% em Imposto de Renda da pessoa física por ganhos na venda de bens.

Reuters